



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

LAURA TEIXEIRA FELIZALI

**A EVASÃO DISCENTE NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**

Trabalho de Conclusão de Curso

Mariana/MG

2018

LAURA TEIXEIRA FELIZALI

**A EVASÃO DISCENTE NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação
em Serviço Social da Universidade
Federal de Ouro Preto como requisito
parcial para obtenção do título de
bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Ciências
Sociais Aplicadas.

Orientadora: Prof.^a. Me. Viviane de
Queiroz

Mariana/MG

2018

F316e

Felizali, Laura Teixeira.

A evasão discente no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto [manuscrito] / Laura Teixeira Felizali. - 2018.

75f.: il.: grafs; tabs.

Orientadora: Prof^a. MSc^a. Viviane de Queiroz.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Evasão universitária - Teses. 2. Educação - Aspectos sociais - Teses. 3. Serviço social - Teses. 4. Universidade Federal de Ouro Preto - Teses. I. de Queiroz, Viviane. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título

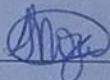
A EVASÃO DISCENTE NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE OURO PRETO

LAURA TEIXEIRA FELIZA

ORIENTADORA: Viviane de Queiroz

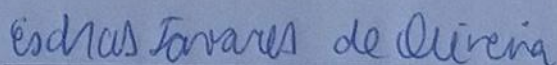
Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade
Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do
título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 11/07/2018



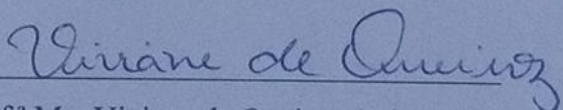
Prof.^a Me. Ísis Silva Roza

Universidade Federal de Ouro Preto



Prof.^o Me. Esdras Tavares de Oliveira

Universidade Estadual de Minas Gerais



Prof.^a Me. Viviane de Queiroz (orientadora)

Universidade Federal de Ouro Preto

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a minha mãe por todo esforço e confiança depositados em mim.

À minha irmã Marina, por ser minha base e minha motivação em todos os momentos.

Às Profs.^a Ísis Silva Roza e Viviane de Queiroz , pelos ensinamentos e companheirismo nesse processo de construção do conhecimento.

Aos amigos que conquistei na UFOP, em especial à Camila Ventura, Stefanny Rolim e Jasmine Jacyara, por serem porto seguro em tantos momentos.

Aos companheiros da família rotária que estiveram sempre comigo.

E a todos aqueles que de certa forma estiveram envolvidos em meu processo de formação.

*O correr da vida embrulha tudo.
A vida é assim: esquenta e esfria,
aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem
- Guimarães Rosa*

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso, visa traçar um panorama acerca da historicidade do Serviço Social enquanto profissão e sobretudo, realizar uma análise inicial acerca do fenômeno da evasão no curso de Serviço Social da UFOP, bem como seus determinantes e reflexos através da percepção dos discentes que serão obtidas por meio de questionários.

Palavras chave: Evasão ; Educação; Serviço Social ; UFOP

ABSTRACT

This course conclusion paper aims to draw a perspective about the historicity of Social Work as a profession, and, above all, accomplish an initial analysis about evasion phenomenon in Social Work course of UFOP, as well as its determinants and reflects through the perception of students' body, that will be get by questionnaire.

Keywords: Evasion; Education; Social Work, UFOP.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CBCISS – Centro brasileiro de cooperação e intercambio de serviços sociais
CEAS – Centro de estudos e ação social
CEFESS – Conselho Federal de Serviço Social
EAD – Ensino a Distância
FGV – Fundação Getúlio Vargas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICSA – Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas
IPHAN – Instituto de patrimônio histórico e artístico nacional
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC – Ministério da Educação
PNAD – Pesquisa Nacional por amostra de domicílios
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE – Plano Nacional de Educação (PNE)
PRACE – Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
UFLA – Universidade Federal de Lavras
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação a idade dos participantes da pesquisa.....	45
Tabela 2 - Relação ao sexo dos participantes da pesquisa.	45
Tabela 3 - Formas de ingresso.....	46
Tabela 4 - Cor.....	46
Tabela 5 - Estado Civil.	47
Tabela 6 - Filhos.....	48
Tabela 7 - Escolas.....	48
Tabela 8 – Distancia até a instituição.....	48
Tabela 9 – Meios de transporte.....	49
Tabela 10 - Trabalho.....	49
Tabela 11 – Assistência estudantil.....	50
Tabela 12 – Escolha do curso.....	51
Tabela 13 – Complexibilidade.....	52
Tabela 14 – Infreqüência.....	52
Tabela 15 – Corpo Docente.....	53
Tabela 16 – Grade Curricular.....	53
Tabela 17 – Panorama Geral de Vagas.....	57

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Cor	54
Gráfico 2 – Assistencia Estudantil	55
Gráfico 3 – Estado Civil.....	55
Gráfico 4 - Permanência.	56
Gráfico 5 – Trabalho.....	56

SUMÁRIO

Sumário

INTRODUÇÃO	13
1 O SERVIÇO SOCIAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA E O PROCESSO DE ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL	16
1.1 O modo de produção capitalista e a contradição entre as relações de trabalho.....	16
1.2 O Serviço Social enquanto profissão.....	19
1.3 A renovação do Serviço Social Brasileiro.....	23
1.4 O Serviço Social na contemporaneidade.....	28
2 A CONTRAREFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: EVASÃO EM CURSO	31
2.1 A educação superior brasileira e os impactos do REUNI: o fetiche da democratização do acesso.....	31
2.2 Os determinantes do processo de evasão.....	37
2.3 O cenário Socio Histórico e econômico da cidade de Mariana: Os Reflexos na vida da/o estudante.....	41
3 A EVASÃO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFOP	45
3.1 Sistematizando o fenômeno da evasão no Serviço Social da UFOP.....	45
3.2 Percepção acerca dos alunos evadidos.....	54
3.3 Panorama geral dos discentes.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	61
ANEXOS	68
APÊNDICES	71

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso, tem como objetivo, realizar uma análise inicial acerca da evasão no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto através da percepção dos discentes.

Na condição de discente no referido curso, esta é uma inquietação que me moveu desde o início da graduação e se consolidou na disciplina de Pesquisa em Serviço Social I, quando deu-se início a minha produção e discussão sobre o tema.

A construção deste trabalho objetiva uma continuidade do debate e a relevância da discussão da evasão para compreender o fenômeno e futuramente instigar novos debates e ações.

É fundamental que o estudante de Serviço Social se torne um profissional atuante e preocupado com o futuro da profissão, para isso no momento da graduação é necessário analisar os motivos que incentivem a permanência no curso.

Os autores utilizados como base, fomentam um debate crítico acerca da educação no país, ponto fundamental da discussão, além da gama de autores do Serviço Social que incrementam o debate acerca da profissão inserida no âmbito da formação.

A evasão é um problema com o qual as universidades e discentes se deparam, entender o cenário em que o estudante de Serviço Social na UFOP se insere é crucial para que assim encontremos causas e determinantes da evasão, visamos ainda encontrar reflexões acerca da percepção dos discentes sobre o tema e problematiza-las.

A evasão nas universidades de ensino públicas é um grande impasse tanto para os indivíduos quanto para as instituições. Falar em especial desse problema, é falar também de seus determinantes e reflexos. A evasão repercute tanto no âmbito econômico quanto no âmbito social. No cenário capitalista opressor, acirra-se cada dia mais a corrida pelo emprego ideal, ou melhor dizendo, a insana busca pela saída do desemprego. Fica claro que no mercado cada dia mais escasso de vagas e mais exigente de mão de obra qualificada, obter um diploma de ensino superior é fator decisivo para a ampliação da renda no trabalho. Marcelo Neri¹ em sua fala para a coletiva de imprensa acerca do Ipea nº 160 – Um retrato de duas décadas do

mercado de trabalho brasileiro utilizando a PNAD, conclui que: “O aumento da escolaridade foi o principal fator de expansão da renda do trabalho”

Partindo dessa afirmação, os alunos que evadem definitivamente, sem reoptarem de curso ou retornarem, estão se distanciando cada vez mais do mercado de trabalho menos precário e com condições salariais melhores.

Para a universidade, o problema da evasão não é menos sintomático. Perdem-se futuros profissionais que poderiam vir a contribuir com a universidade, além de implicar em um custo elevado para se manterem as vagas ociosas, significam um desperdício de recursos. Desperdício de recursos este que não é menor para o estudante, tendo em vista que a permanência na universidade pública, apesar de não envolver custos com a mensalidade, envolve custos com alimentação, moradia e muito mais. Faz-se necessário entender o contexto do estudante, da universidade e sobretudo as particularidades que envolvem o curso para compreender o objeto de pesquisa.

Fundado em 2009, o curso de Serviço Social na UFOP tem como objetivo formar assistentes sociais críticos, compromissados com a democracia, com a justiça social e com a cidadania. Atualmente conta com 21 membros em seu corpo docente. De acordo com o Plano de Ação Pedagógica dos Cursos de Graduação da UFOP (em anexo A), o curso de Serviço Social apresentava um percentual surpreendente de evadidos no primeiro semestre de 2013 que atingiu o número expressivo de 83,33% dos discentes, esta informação torna-se motivadora para se pesquisar os motivos que causam a evasão no curso de Serviço Social e posteriormente colocar a pesquisa a disposição daqueles que se interessam pela temática afim de contribuir com novas discussões e ações.

O cenário do Serviço Social brasileiro é repleto de contradições, a profissão de assistente social, devido a sua gênese¹ embasada nos princípios religiosos, ainda hoje se depara com concepções errôneas² a respeito da função do Assistente Social.

¹ “ O Serviço Social em sua origem americana, denominado social work (trabalho social) foi estruturado por organizações religiosas, especialmente da Igreja Católica Romana. Nesse momento, tinha sua prática fundamentada e inspirada na providência divina, uma vez que “o trabalho social consistia no reforço da moralidade e da submissão das classes dominadas.” (FREIRE, 2013)

² “ A origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismo –, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido” (MARTINELLI, 2005, p. 66)

Pelos motivos colocados, torna-se essencial estudar as causas da evasão do curso de Serviço Social (UFOP/ICSA), com a intenção de buscar soluções e assim fortalecer a estadia no curso para somente assim agregar a massa de Assistentes Sociais formados, disseminando o verdadeiro sentido do Serviço Social brasileiro.

Nos capítulos seguintes serão explanados pontos fundamentais para compreender a fenômeno da evasão. O trabalho de conclusão de curso referido, divide-se em três capítulos. No capítulo I serão tratados assuntos pertinentes a trajetória histórica do modo de produção capitalista com ênfase na divisão social do trabalho, percepções acerca das protoformas do Serviço Social enquanto profissão e também uma breve reflexão sobre o processo de tecnificação profissional até os anos 90.

O capítulo II irá perpassar por tópicos fundamentais para compreensão do processo de evasão, dentre eles: as questões de habitação; contexto social, histórico, econômico e cultural em que o estudante se depara ao ingressar na universidade; questões de cor; raça e gênero.

Já o capítulo III será elaborado a partir da reflexão sobre a análise questionários a respeito da evasão no curso de Serviço Social da UFOP, visando compreender as percepções da comunidade acadêmica..

Os questionário serão aplicados aos alunos do segundo e sétimo período, visando entender as múltiplas determinações que levam o aluno a evadir e o reflexo da vida cotidiana na graduação. Os períodos escolhidos se justificam por :segundo período devido ao ingresso recente no curso e a já aproximação com disciplinas bases, já os do sétimo período foram escolhidos devido ao nível avançado na graduação, que já lhes permitem ter contato com o estágio curricular obrigatório e diretrizes do Serviço Social. Na segunda etapa, o foco será os alunos evadido. Serão analisados dados fornecidos por meio de um questionário via e-mail no qual constará os motivos para sua evasão e suas concepções acerca do curso de Serviço Social.

CAPÍTULO I - O SERVIÇO SOCIAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA E O PROCESSO DE ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL

Neste capítulo é apontada a trajetória do modo de produção capitalista e seus determinantes que envolvem as categorias trabalho e mercadoria. Visa-se compreender o processo de expansão das relações de trabalho e a forma como esta impacta diretamente nas relações sociais. Posteriormente será feita uma reflexão sobre o surgimento do Serviço Social, na sua relação com o modo de produção capitalista e o histórico profissional tanto quanto seus embates em determinadas épocas.

A evasão no curso de Serviço Social encontra diversos motivadores, para compreendê-los em sua totalidade, se faz necessária uma análise primordial da trajetória do Serviço Social e os determinantes que refletem nesse processo.

As proformas da profissão e seus traços tradicionais segundo Netto(1996), influenciam na imagem de um Serviço Social associado a ajuda, assistência, caridade e psicologização dos problemas dos usuários. Essa imagem deficitária acerca da profissão causa uma descaracterização da mesma.

Para embasar a discussão, precisa-se compreender os traços que dão forma a profissão, especialmente no contexto brasileiro.

1.1 O modo de produção capitalista e a contradição entre as relações de trabalho

Para existência da mercadoria e geração de seu valor, precisa-se compreender que a mesma é fruto do processo de trabalho, trabalho este que envolve os objetos de trabalho, os meios de trabalho e a força de trabalho.

O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. (...)Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. (...)Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de sua colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na

matéria natural, o seu objetivo. (...) os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios. (...) o processo de trabalho(...) é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, (...) comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1983: 149-150, 153).”

Segundo Netto (2012) os objetos de trabalho envolvem tudo aquilo que pode ser usado como matéria prima da mercadoria, já os meios de trabalho, são determinados por tudo aquilo que o homem utiliza como auxílio para seu trabalho. Os meios de trabalho, juntamente com os objetos de trabalho, originam no que chamamos de meios de produção. A força de trabalho é predefinida pela energia humana utilizada no processo de trabalho.

A força de trabalho é a parte do processo de trabalho em que ocorre a valorização da produtividade e conseqüente produção do excedente econômico. Se considerarmos a força de trabalho, associada aos meios de produção, temos a força produtiva que rege as relações de produção de uma mercadoria. Tais condições englobam o tempo de trabalho necessário para a produção de algo, gerando assim o seu valor de uso e de troca tidos para Marx como sintetizantes da mercadoria.

O valor de uma mercadoria é a quantidade de trabalho média, em condições históricas dadas, exigida para a sua produção(trabalho socialmente necessário); tal valor só pode manifestar-se quando mercadorias diferentes são comparadas no processo de troca – isto é, através do valor de troca: é na troca que o valor das mercadorias se expressa” (NETTO 2012, p. 101)

Os valores de uma mercadoria só podem ser definidos pelo trabalho, eles surgem no momento da produção para serem expressos no momento da troca. Os trabalhos concretos e abstratos dão suporte a criação do valor de uso de uma mercadoria, valor este que expressa a satisfação de uma necessidade por parte da mercadoria, representando sua materialidade e a qualidade. O valor de uso só se realiza no consumo e é suporte para o valor de troca. O valor de troca expressa a facilidade de uma mercadoria em ser trocada.

A dualidade das relações entre o valor e a produção, torna a percepção da mercadoria mistificada, não se observa as relações que circundam sua produção e permitem a extração do que Marx chama de mais valia.

A parte do capital convertida em força de trabalho, em contraposição, muda seu valor no processo de produção. Ela reproduz seu próprio equivalente e, além disso, produz um excedente, uma mais-valia que, ela mesma, pode variar, ser maior ou menor. Essa parte do capital transforma-se

continuamente, de grandeza constante em grandeza variável. “Eu a chamo, por isso, parte variável do capital, ou, mais concisamente: capital variável”. (MARX, 1996a, p. 325).

É típico do modo de produção capitalista a acumulação de lucros, portanto todo processo de produção é dominado pelo capitalista a fim de explorar a classe trabalhadora de forma mais lucrativa, assim como colocado por Netto (2012), é através do controle desse processo que se busca a incrementação do excedente.

O capitalismo concorrencial é definido pela livre concorrência entre empreendedores individuais que agiam de acordo com as demandas locais, gerando um acirramento de interesses e conseqüentemente crises econômicas que marcaram sua superação. Segundo Marx (1996) A passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista tem como características principais: o aumento da exportação de capital; aumento do lucro através do controle do mercado; ampliação do investimento tecnológico que implicou menor demanda de trabalho vivo; entre outras.

Segundo o autor, no capitalismo monopolista que se agravam-se as expressões da questão social, uma vez que com o acirramento e crescimento da concorrencial comercial, globalização das relações de produção são fatores expressivos e que refletem diretamente da miséria, alienação e exclusão social. É nesse contexto que o Serviço Social encontra ambiente para se desenvolver.

Outro fator importante sobre o capitalismo monopolista é o arsenal de iniciativas estatais e burguesas que visam manter e facilitar o processo de acumulação de riquezas. O Estado passa a ser tensionado e a buscar por intermédio das políticas públicas, atender as demandas da população de uma forma alienante e coerciva, implementando iniciativas que atendessem principalmente aos interesses da classe dominante.

De acordo com Marx (1996) a incessante busca pelo aumento de lucros, a exploração do trabalho excedente é intensificada e em decorrência desse processo aumenta concomitantemente a insatisfação do trabalhador que se encontra em um cenário de pauperismo e miséria que são umas das primeiras expressões da questão social, intimamente vinculado ao antagonismo de classes no capitalismo.

No que tange a acumulação e circulação mercantil capitalista, encontramos variáveis fundamentais para o entendimento da mercadoria como central a esse modo de produção. A teoria do valor do trabalho de Marx torna clara o papel dos

sujeitos na produção de riqueza. Se considerarmos a mercadoria como célula central, externa ao homem e fruto do trabalho produtivo, precisamos destacar que a visão da mercadoria é fruto de um processo histórico de construção das relações sociais.

É impossível compreender a gênese do Serviço Social se não considerarmos o cenário econômico, social, histórico e político em que ela ocorreu. O capitalismo, como forma de produção e reprodução da vida, sofre constantes modificações à medida que as relações sociais de produção vão se desenvolvendo. Com as complexificações das relações sociais, principalmente com a intensificação da industrialização, crescem os pequenos centros, intensificando a urbanização e conseqüentemente impactando diretamente no acirramento das expressões da questão social, demandando uma intervenção direta.

Mediante este cenário, podemos destacar que desdobramentos econômicos, políticos e sociais da divisão do trabalho geram necessidades sociais que demandam intervenção social, acarretando a necessidade de atuação do Serviço Social. Netto (1996) ao analisar a emergência do Serviço Social como profissão coloca que é no conjunto de determinações sociais, políticas, teóricas e culturais no período do capitalismo monopolista é que emerge um espaço histórico que permite o surgimento do Serviço Social.

1.2 O Serviço Social enquanto profissão.

O Serviço Social emerge em um emaranhado de contradições do cenário capitalista, surge atrelado às demandas da igreja católica e portanto, expressa em sua gênese todo conservadorismo das relações religiosas.

É por demais conhecida a relação entre a profissão e o ideário católico na gênese do Serviço Social brasileiro, no contexto de expansão e secularização do mundo capitalista. Relação que vai imprimir à profissão caráter de apostolado fundado em uma abordagem da "questão social" como problema moral e religioso e numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais. O contributo do Serviço Social, nesse momento, incidirá sobre valores e comportamentos de seus "clientes" na perspectiva de sua integração à sociedade, ou melhor, nas relações sociais vigentes.(YAZBEK, 2009,p.3)

O cunho conservador da gênese profissional atendia aos interesses da Igreja Católica em manter a hegemonia de seu poder mesmo perante as expressões da

questão social. É inegável que o tratamento se dava de forma avessa aos princípios do projeto ético-político atual, o atendimento tinha cunho corretivo de adaptação a moral e integração social da época

Essa origem confessional, articulada aos movimentos de Ação Social e Ação católica, conforma um tipo de legitimidade à profissão cujas fontes de justificação ideológica encontram-se na doutrina social da Igreja. Configura-se, assim, um caráter missionário à atividade profissional, como meio de fazer face aos imperativos da justiça e da caridade, dentro da perspectiva de profissionalização do apostolado social segundo parâmetros técnicos e modernizadores, numa sociedade secularizada, ameaçada pelo liberalismo e pelo comunismo. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.89-90)

Acompanhando os desdobramentos ao longo dos períodos, Iamamoto e Carvalho(2014) destacam: “As condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas.” (p.81). Entretanto as práticas de caridade oferecidas por parte da igreja não supriam em sua totalidade as demandas de uma classe trabalhadora emergente cada vez mais explorada.

Surge nesse período histórico de contradições entre proletário e burguesia algumas instituições que podemos destacar como formas embrionárias do Serviço Social enquanto profissão. Iamamoto e Carvalho(2014) apontam a Liga das Senhoras Católicas e a Associação das Senhoras Brasileiras, que apesar de serem massivamente formadas por membros da burguesia católica, passam a atuar em um viés para além do assistencialismo imediatista, se preocupando com as causas que impactam a população atendida. A ação social e a ação católica, motivadoras do movimento de busca pela especialização da filantropia, os autores embasam a criação dessas instituições afim de garantir e dinamizar uma mobilização do laicado. Nasce em meio a estas ações, em 1932 o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) considerado como forma original do Serviço Social.

É a partir da criação do CEAS que vão se desenvolvendo cursos para aperfeiçoar a atuação social perante as expressões da questão social. Sendo regido pelos princípios doutrinários da igreja e visando sempre especializar a atuação social de seus agentes, o CEAS permite uma abertura para a fundação da primeira Escola de Serviço Social do Brasil, no ano de 1936 em São Paulo.

As condições emergentes das relações sociais vigentes, propunham uma intervenção do Estado afim de responder a classe trabalhadora que era atingida pelos desdobramentos das múltiplas expressões da questão social. Segundo Iamamoto(2014), apesar da demanda originar-se da classe trabalhadora, o Serviço

Social atendia a classe dominante que o solicitava, atuava enquanto vendedor de sua força de trabalho tendo como horizonte o atendimento das demandas da classe trabalhadora.

Diante do crescente processo de expropriação a que estão submetidos os trabalhadores no movimento de expansão do capital, sua pauperização tende a aumentar em relação ao crescimento acelerado do capital. Diante dessa lei da acumulação, o Estado, em seu “papel de árbitro das relações de classe”, assume tarefas cada vez mais ativas no sentido de zelar pela reprodução da força de trabalho, não só por meio de legislação específica – expressão muitas vezes de ganhos efetivos da classe operária – como pela prestação de serviços básicos de organismos estatais, paraestatais ou privados, regulados por intermédio de políticas sociais. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 107-108)

O Estado e as instituições, em um período fervoroso de conflitos sociais e emergência das instituições de organização fabril, se tornam os principais aportes para o desenvolvimento do Serviço Social. A necessidade de uma tecnificação surge a medida em que o proletariado precisa ser controlado afim de manter a soberania do Estado no poder.

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão sociotécnica do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expressão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial - e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas históricas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 83)

Até o momento de sua tecnificação, o Serviço Social atendia seus clientes em um viés caritativo, a resposta aos clientes muitas vezes colocava a profissão como calcada em um missionarismo assistencialista que marca a história do Serviço Social e categoriza seus agentes como possuidores de uma vocação e um perfil específico.

Dessa imagem social, historicamente plasmada e frequentemente incorporada pelos postulantes à profissão e mesmo por profissionais, deriva um certo caráter missionário da figura do profissional, expressivas em suas origens, mas ainda vigente, talvez, por meio de uma roupagem mais secularizada: não mais o discurso carregado da linguagem explícita do apóstolado cristão, mas do agente voltado para a ajuda aos demais, q serviço do povo, do oprimido. (IAMAMOTO 2014, p.91)

É por meio da junção dos interesses estatais e do apóstolado, e por intermédio da criação do CEAS, que a primeira escola de Serviço Social de São Paulo abre seus trabalhos rumo a esta tecnificação, inicialmente pautada em

princípios conservadores, produzia profissionais prontos para atender as demandas do operariado através do Estado.

Iamamoto e Carvalho (2014) destacam que apesar do avanço notável da criação de instituições de ensino de Serviço Social, os profissionais formados eram direcionados a realização de funções de controle e organização da assistência sob um caráter extremamente doutrinário, visando adequar a população às demandas do poder.

Os métodos de atuação eram escassos e como o público era reduzido a famílias operárias, muitas vezes os profissionais realizavam visitas e intervenções que pudessem garantir o consenso da classe subalterna perante a atuação da burguesia.

Os métodos de atuação, juntamente aos conflitos oriundos do cenário político, deram abertura para uma influência norte-americana no Serviço Social brasileiro. A partir da década de 1940 ocorre uma aproximação da atuação profissional aos princípios do funcionalismo que pautava uma integração do indivíduo a sociedade. Sendo assim, o Serviço Social passa a adotar as técnicas do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade.

Para entender melhor a funcionalidade de cada uma das técnicas, precisamos ressaltar que essas serviam para garantir uma coesão entre a classe trabalhadora e Estado. Segundo Aguiar (2011) no Serviço Social de Caso, predominava uma percepção tomista e embasada em princípios moralizantes. Através de táticas exclusivistas e doutrinadoras, o Serviço Social de Caso visava tratar o indivíduo, desconsiderando o meio social e sua influência sobre ele, para que este pudesse se reintegrar a sua comunidade.

O Serviço Social de Grupo não se difere do Serviço Social de Caso em seu caráter moralista e reintegratório. Esta técnica se aproxima muito das técnicas psicológicas e psiquiátricas, funcionando em uma dinâmica de construção de grupos específicos que garantam um desenvolvimento e aprimoramento individual e coletivos por meio de uma cooperação entre ambas as partes envolvidas.

Já o Serviço Social de comunidade passa a ganhar maior força com os embates políticos e sociais da década de 1960. Essa técnica, além de integrar o indivíduo ao meio, almejava compreender a comunidade e os impactos por ela sofridos, não há uma perspectiva emancipadora, mas sim, perspectiva de aceitação da ordem posta.

As técnicas surgidas nesse momento são nitidamente dotadas de um caráter culpabilizador dos indivíduos, colocando-os como célula central de suas relações sociais e portanto responsáveis pelas expressões vivenciadas por eles. Apesar deste caráter, a aproximação do Serviço Social com essas técnicas passa a exigir uma qualificação cada vez maior, despertando possibilidades para além do atendimento para o empresariado.

1.3 A renovação do Serviço Social Brasileiro

Temos então, no período autocrático e ditatorial, um perfil a ser traçado sobre a/o assistente social, embebido no funcionalismo, voltando sua intervenção especialmente para a adequação do indivíduo ao meio em que vivia. Encontra-se portanto, um período de contestação e crise do que conhecemos por Serviço Social tradicional.

É incontestável a universalidade desse processo, expressando-se diversamente, conforme já sugerimos, nos diferentes países e regiões. É indiscutível que, apreciada a profissão a escala mundial, ela experimentou então uma profunda inflexão, cujo conteúdo basilar se constitui justamente na erosão da legitimidade do Serviço Social “tradicional” (NETTO, 1990 p. 145)

É nessa perspectiva que o cenário caótico em que o Serviço Social se encontrava, se abre para um Movimento de Reconceituação na América Latina, que contestava as bases tradicionalistas, buscando uma maior legitimação científica.

Para o Serviço Social, esse contexto histórico é também de consolidação da luta profissional. É no bojo das lutas de classe que o Serviço Social encontra sua força enquanto profissão atrelada aos conflitos gerados pela contradição do capital. Com a ditadura, o papel até então atribuído as/os assistentes sociais, de meros executores de políticas sociais se agrava, afinal esse papel reproduz os interesses do capital de explorar e alienar a classe subalterna, amenizando os reflexos devastadores da acumulação desenfreada. É nessa conjuntura que o Serviço Social ganha força para sua reformulação, questionando a ótica conservadora à medida em que as demandas de atuação se tornam cada vez mais específicas e atreladas ao momento histórico vivido no país

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social sugere uma grande alteração no agir da profissão. Implica na busca pela desvinculação do

conservadorismo, reconfigurando as técnicas de atuação, rompendo com a ideia de que é na prática que se aprende o fazer do Serviço Social. Como já dito, o movimento foi iniciado em decorrência da contestação do Serviço Social tradicional e sua forma de atuação no atendimento as demandas.

A reconceituação está diretamente relacionada com os reflexos da crise dos padrões de acumulação capitalista que se repercutiram em todo mundo. Portanto o Movimento de Reconceituação teve um papel fundamental no questionamento da ordem vigente, ao buscar uma ruptura com o conservadorismo, visava-se renovar a prática e a teoria, estabelecendo um método crítico de investigação da realidade social. Além de tentar solucionar problemáticas exclusivas da América Latina.

É fundamental destacar que apesar do direcionamento similar, o movimento não era de bases heterogêneas, uma vez que parte da categoria visava conservar elementos do tradicionalismo e outra parte pretendia a desconstrução total afim de estabelecer uma nova ordem societária. Destaca-se nesse movimento a aproximação com o Marxismo, que se fez necessária para que a profissão se instituisse enquanto crítica e preocupada com as expressões da questão social.

No contexto da autocracia burguesa, as tendências do Movimento de Reconceituação na América Latina vão se alterando em um processo enraizado de contradições. Surgem então novas perspectivas que remanejam a atuação da/o assistente social para atender as demandas do ser social enquanto sujeito responsável pela produção e reprodução da vida social, em um processo de renovação do Serviço Social brasileiro

Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das restrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.(NETTO, 1990 p. 131)

A Renovação do Serviço Social brasileiro ganha ênfase no período autocrático burguês onde a liberdade era tida como privilégio de poucos. Para defini-lo de uma forma mais clara, precisamos entender os aspectos que o compõem. Podemos citar como características intrínsecas ao movimento de renovação: o pluralismo teórico/ideológico e político; concepções profissionais distintas; inserção

do Serviço Social na academia enquanto mediador e protagonista; vanguardismo de alguns setores que se voltam para a pesquisa e investigação científica.

Tais características contribuem para uma nova formação profissional, voltada para um teor mais científico, atrelado a laicidade do projeto profissional e reconhecimento da profissão enquanto possuidora de uma validação teórica, tendo suas necessidades intermediadas pelo Estado. Entretanto é uma perspectiva heterogênea que assume diferentes colocações, no que tange suas direções principais, Netto (1990) identifica três perspectivas: modernizadora; reatualização do conservadorismo; e intenção de ruptura.

O autor destaca que a perspectiva modernizadora, buscava adequar o Serviço Social às demandas surgidas no pós golpe militar. Apesar da sua intenção reformista, não é possível se dizer que tenha ocorrido uma ruptura real com o tradicionalismo, uma vez que o estatuto continua interligado aos traços conservadores. Para a vertente modernizadora, o Serviço Social deveria reafirmar o processo desenvolvimentista para assim contribuir com a ordem política instaurada no período autocrático burguês (ditadura militar), atuando assim na universalidade das relações sociais, adequando o indivíduo ao meio.

O objetivo do Serviço Social passa a assumir uma dualidade, se dividindo entre os remotos e operacionais, que implicam consecutivamente na afirmação de valores universais, culturais e individuais; e na perspectiva de uma instrumentalização maior, ampliando o campo de ação da/os assistentes sociais.

Temos como marco o encontro de Porto Alegre que gerou as iniciativas para a construção dos documentos de Araxá e Teresópolis que, em viés extremamente funcionalista e estruturalista, mantinham os valores tradicionais evidenciando cada vez mais a influência do Serviço Social norte americano. A partir de Teresópolis o Serviço Social passa a rejeitar influências modernizadoras conservadoras e passa a agir por meio da identificação, compreensão e prevenção, com uma proposta de intervenção cada vez mais direcionada ao perfil sociotécnico do Serviço Social, aproximando-se gradualmente de um conhecimento intelectual.

O trabalho profissional passa a atender à globalidade do sistema, se adequando as intenções do Estado para reprodução da infraestrutura social. Os profissionais que emergem dessa corrente são reflexo do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) e os documentos e seminários propostos, tomando rumos não tão inovadores, porém interligados a

perspectiva ideopolítica que estava em ascensão. A perspectiva modernizadora teve como marcante representação Jose Lucena Dantas, um teorizador assíduo da modernização enquanto fruto de um processo desenvolvimentista, funcionalista.

Movidos pelo conservadorismo instaurado na autocracia burguesa e a inquietação resultante por parte dos segmentos sociais, o Serviço Social passa a ser submetido ao Estado, ocupando suas organizações. Renova-se o vínculo com a perspectiva norte americana e aproximação com a ciência se amplia. São inegáveis os obstáculos encontrados pela corrente de modernização, uma vez que o período que a circunda é marcado pela privação da liberdade e um limbo no que se diz respeito a difusão de conhecimento socialmente produzido.

A segunda vertente destacada por Netto (1990) é a de reatualização do conservadorismo, trouxe para o Serviço Social uma retomada ao contexto de vínculo com Igreja católica, porém trouxe novos traços de modernidade, como por exemplo o vínculo a fenomenologia, buscando abandonar a concepção do trato ao indivíduo isoladamente, passando a entendê-lo como parte de um todo socialmente composto. Procurava romper com o passado profissional, reatualizando o Serviço Social tradicional, criticando o tecnicismo da vertente modernizadora.

Temos como marcos dessa perspectiva, Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984). Foi a partir de Sumaré que se evidenciou o estopim da perspectiva de reatualização do conservadorismo.

Essa corrente não tinha como principal iniciativa a problematização dos conflitos, retomava ao conservadorismo surgido no cenário de influência católica atribuindo-lhe apenas um novo formato. Com forte influência da Teologia da Libertação, que em todo mundo, reformulava o agir da igreja, que passa a ser uma Igreja dos oprimidos, alterando suas formas de celebração e de leitura, abrangendo uma parcela maior da sociedade, voltando seu ideal para um viés de libertação das desigualdades.

Não há uma aceitação de princípios voltados a tradição marxista, notamos nitidamente um afastamento da concepção real de atuação profissional, que passa a ser direcionada a psicologização, tratando o sujeito como cliente, acarretando um afastamento significativo da teoria social. Há um avanço fenomeneológico que contesta o neopositivismo, prevalecendo a supremacia do sujeito enquanto vinculado ao objeto, ou seja, uma objetificação do sujeito.

O Serviço Social chega a um padrão de atuação generalista de atendimento individual, descaracterizando a atuação profissional, afastando-se das correntes críticas teóricas e voltando sua análise para os princípios tradicionais conservadores, cujo ideal se distanciava cada vez mais de uma transformação efetiva da sociedade, Estado, ou meios de produção.

Na última vertente, o Serviço Social, inicia uma intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional. Emerge com um caráter crítico de oposição à ditadura e à autocracia burguesa, ocupando principalmente os espaços universitários. Como destaca Netto(1990): “O projeto de ruptura evidenciou-se e explicitou-se primeira e especialmente como produto universitário sob o ciclo autocrático-burguês.”(NETTO,1990,p. 251)

Passa a direcionar a sua atuação a uma abordagem coletiva, direcionada aos interesses da classe trabalhadora, mobilizando e participando dos movimentos sociais. O marco maior dessa vertente é a proposta oriunda do Método BH, elaborado por Quiroga e Lima, considerado por Netto (1990) como um marco de ruptura do Serviço Social brasileiro, cuja atuação é repensada e reformulada, além do Congresso da Virada de 1979, marcante para construção dessa perspectiva crítica.

As produções são embasadas na dialética marxista, o que proporciona uma teoria social crítica e amplia a atuação crítica sob a realidade. A ampliação do campo de trabalho foi ponto crucial no contexto da intenção de ruptura, uma vez que especialmente na academia se produzia mais conhecimento com maior potencial de disseminação, o que reforçava o ideal primeiro dessa vertente; a ruptura com o tradicionalismo e a superação das contradições geradas no pós período autocrático burguês.

Constrói-se então um projeto ético político, vinculado a um projeto societário. É nesse sentido que a profissão se compromete com os interesses da classe trabalhadora, iniciando um processo de amadurecimento da profissão com a criação dos cursos de pós graduação. Um novo currículo mínimo é estabelecido pelo conselho e a intenção de ruptura se constitui nesse processo.

Todo esse processo , reflete em nossa atuação na atualidade, o emaranhado de contradições que o Serviço Social encontra com o decorrer das relações sociais, dá início a uma renovação constante da práxis, transformando a

forma de analisar o cenário profissional, direcionando a atuação às mazelas transformadoras que vão para além da lógica capitalista.

1.4 O Serviço Social na contemporaneidade

O Serviço Social na cena contemporânea encontra-se embebido de traços marcantes do processo de construção da profissão já relatados anteriormente. Para compreender os desdobramentos da atuação profissional nos dias de hoje, precisamos, sobretudo, ressaltar que o papel da/o Assistente Social perante ordem societária vigente, tem sido um papel tencionador.

O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmicoprofissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso a terra para a produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história. Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma forma de desenvolvimento social inclusiva para todos os indivíduos sociais. (IAMAMOTO, 2009 p,4)

Segundo Iamamoto (2009) os espaços ocupacionais da/os assistentes sociais podem ser focalizados em duas esferas maiores, o Estado e as empresas privadas. E a sua atuação depende não exclusivamente do vínculo empregador, mas de toda conjuntura estabelecida.

Os espaços ocupacionais do assistente social têm lugar no Estado – nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário –, em empresas privadas capitalistas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria a organizações e movimentos sociais. Esses distintos espaços são dotados de racionalidades e funções distintas na divisão social e técnica do trabalho, porquanto implicam relações sociais de natureza particular, capitaneadas por diferentes sujeitos sociais, que figuram como empregadores (o empresariado, o Estado, associações da sociedade civil e, especificamente, os trabalhadores). Elas condicionam o caráter do trabalho realizado (voltado ou não à lucratividade do capital), suas possibilidades e limites, assim como o significado social e efeitos na sociedade. Ora, as incidências do trabalho profissional na sociedade não dependem apenas da atuação isolada do assistente social, mas do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais ele se realiza. (IAMAMOTO, 2009 p,5)

A autora destaca que a atuação da/o assistente social, diferente da atuação conservadora que marcava o início da profissão, hoje encontra-se em um caráter de viabilização do acesso aos direitos e contribui para que os usuários tenham acesso, visibilidade e encontrem possibilidades para sua articulação e organização.

Outro fator importante na nossa cena contemporânea é a construção do projeto ético-político do Serviço Social marcada por tencionamentos e lutas, evidencia uma recusa ao conservadorismo e uma opção pela classe trabalhadora que vai muito além da defesa de direitos e se esbarra nos limites da busca pela emancipação política e humana. É preciso ressaltar que o nosso projeto ético político não se trata de uma lei ou uma ordem, é um projeto em constante construção e mudanças, que agrega os valores profissionais sem se dissociar da realidade posta socialmente.

O projeto profissional mantém estruturais relações com os projetos societários, podemos dizer que, diante do quadro atual – de continuidade da ofensiva do capital e de enfraquecimento das lutas e da resistência dos movimentos organizados do trabalho –, o projeto ético-político encontra-se num momento crucial de sua trajetória, que é expressão também da própria trajetória da profissão. E o momento é crucial porque remete à manutenção ou não das bases teóricas, organizativas e ético políticas do projeto coletivo da profissão que mudou as feições do Serviço Social brasileiro nos últimos 30 anos. A sua reafirmação depende, não exclusiva ente, tanto das respostas políticas que as vanguardas profissionais darão aos desafios atuais (no âmbito do exercício profissional e no campo da formação – onde se destaca a espantosa expansão de cursos privados, inclusive os que se valem das metodologias de ensino em graduação a distância) quanto das ações dos profissionais nas diversas áreas de atuação, a partir de intervenções qualificadas, éticas e socialmente comprometidas. O Serviço Social brasileiro assumiu um ideário emancipatório, herdeiro da história da luta mundial dos trabalhadores, calcada na grande política e em valores que dignificam o gênero humano. O nosso projeto está fundado nos valores maiores da liberdade, da igualdade, da radicalidade democrática, da cidadania, da ausência de preconceitos, do respeito aos direitos humanos, da qualidade dos serviços prestados. Ele representa o antídoto para enfrentar a alienação do trabalho indissociável do estatuto do assalariado.”(TEIXEIRA ; BRAZ; 2016; p.16)

O Serviço Social é uma profissão marcada pela gênese conservadora e intervenções diretas do estado e igreja, que no bojo das lutas de classes encontrou cenário para seu objeto de atuação. Em um emaranhado de crises estruturais do capital e ofensivas aos direitos dos cidadãos, a profissão se renova e se reafirma enquanto pertencente e defensora dos direitos da classe trabalhadora.

O Brasil, enquanto um dos países com maior desigualdade social, seguindo uma cultura neoliberal de ataques aos direitos historicamente constituídos, oferece uma realidade cada vez mais nítida de focalização das políticas públicas, que cada vez menos atendem demandas reais da população devido aos cortes dos gastos sociais.

A realidade que enfrentamos está diretamente associada a precária situação dos direitos sociais no Brasil, que cada vez mais são inversamente proporcionais as

nossas competências e atribuições. A contradição diária provocada pelo capital na vida do trabalhador, adocece e aliena. Como em um ciclo sem fim, as relações vão se complexificando e refletindo em todos os âmbitos da nossa vida social. As políticas não atendem demandas suficientes, os salários são cada vez menos condizentes com o valor do trabalho, a jornada de trabalho torna-se cada vez mais extensa.

Esse contexto atinge diretamente o trabalho da/o Assistente Social, as demandas individuais percebidas não podem ser tratadas como únicas e individuais, o que nós enfrentamos é uma realidade coletiva, que pede uma reflexão e um consequente enfrentamento coletivo.

CAPÍTULO II - A CONTRARREFORMA³ DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: A EVASÃO EM CURSO

Este capítulo tem como objetivo analisar a processo de contrarreforma da educação superior brasileira e os impactos do REUNI para a formação profissional. Busca também, pontuar os fatores que influenciam diretamente na evasão. Para isso, será realizado uma análise do cenário educacional, suas reformas neoliberais e desdobramentos, além de uma pontuação dos fatores relevantes para a compreensão do processo de evasão discente.

2.1. A educação superior brasileira e os impactos do REUNI: o fetiche da democratização do acesso

Conseguimos perceber a educação como uma dimensão da vida social que surge e se desenvolve no interior deste modo de produção capitalista, em movimentos contraditórios. Neste sentido, a universidade surge diante das lutas de classes, absorvendo as características das disputas políticas entre classes sociais e interesses de projetos antagônicos de universidade.

Assim como em outras esferas da vida, o ensino é determinado, em última instância, pela forma como os homens produzem sua vida material. Observar as forças produtivas e as relações de produção é um procedimento indispensável para se compreender a maneira como a o ser social constrói as ideias que têm acerca de sua realidade social, pensa e vive.

Minto (2018) diz que o Estado continua tendo seu papel decisivo nas políticas educacionais e que essas, apesar de acompanharem a dinâmica dos conflitos de classes, ainda apontam uma lógica direcionada às políticas privatizantes.

Segundo LIMA (2007), podemos perceber no Brasil algumas recentes “reformas” neoliberais nas políticas sociais. No ano de 1968, durante o período ditatorial tivemos a reforma universitária que sofreu grande influência do modelo de universidade norte-americana. Nos anos 1990, a contrarreforma do Estado e da educação superior foram influenciadas pelo neoliberalismo e ações Banco Mundial

³ Esta intensa reconfiguração da educação superior brasileira estará fundamentada na contra-reforma do Estado brasileiro conduzida pelo governo Cardoso através da qual a educação superior passará a ser identificada como uma atividade pública não-estatal, portanto, um serviço prestado por IES públicas e privadas, o que justificaria, segundo o governo, o financiamento público (direto ou indireto) para as IES privadas e o financiamento privado para as IES públicas.(PEREIRA e LIMA, 2009,p.35)

por meio dos documentos elaborados e difundidos por esse organismo internacional aos países periféricos. O poder do BM decorre de sua força econômica e, principalmente, da sua condição de “fiador” das transações entre os governos e a banca internacional (BARRETO e LEHER, 2008, p.430)

Já no início dos anos 2000, a universidade brasileira sofriam reflexos do Processo de Bolonha, que é uma política pública originada no ano de 1999, na Europa, que tem a finalidade de padronizar o ensino nos diferentes países do continente, desconsiderando todas as particularidades de cada região, como a cultura, objetivando aumentar competitividade do sistema de ensino superior da Europa frente a outros países, como por exemplo o Estado Unidos da América.

Reconfigurar a educação superior brasileira. No desfecho do século passado a contrarreforma do sistema universitário brasileiro ocorreu simultaneamente da contrarreforma do Estado. Segundo Lima (2007), priorizando o livre jogo do mercado:

Durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) houve um forte processo de mercadorização das relações sociais. As propostas para a educação superior, emanadas do Governo de Luís Inácio Lula da Silva, em seu primeiro mandato (2003-2006), guardam características inerciais em relação ao período anterior (FHC) mas, em grande medida, são distintas. Em termos pontuais, a reforma universitária do Governo Lula, analisada a partir das políticas públicas em execução e com base nos princípios presentes no Documento II do MEC e na quarta e última versão do Anteprojeto de Lei enviado, em 12 junho de 2006, à Câmara dos Deputados Federais, tornando-se Projeto de Lei 7200/2006, tem as seguintes marcas : Definição de um modelo de financiamento universitário; Regulação da transnacionalização das IES privadas; Política de cotas para estudantes de escolas públicas, negros e índios e criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI); Criação de um Conselho com Participação da Comunidade, sindicatos, docentes e funcionários nas Universidades Públicas e Privadas; Submissão das universidades ao princípio da Responsabilidade Social; Regulação das fundações; Avaliação e acreditação das IES com vistas a assegurar a qualidade. (LIMA, 2007, p. 21)

Ainda sobre as contrarreformas educacionais, podemos destacar a contribuição de Abramides (2012) para o tema, a autora destaca o caráter economicista e privatista que visa retirar a educação do patamar do direito e realocar como uma mercadoria. O que vemos é um movimento crescente de deslocamento do público-privado, marcando a mercantilização da educação.

O Estado, em uma tendência cada vez maior de desresponsabilização pelas políticas sociais, segue a lógica capitalista de retirada de direitos historicamente

construídos, mas falar de retirada de direitos na educação é falar de um desmonte que vai além dos limites físicos de uma universidade, afinal, a educação é um processo público, que envolve indiretamente diversos setores, movimentos e relações sociais.

O ordenamento neoliberal prevê os projetos de “parcerias público-privadas”, de focalização em programas compensatórios à população mais pobre como se a essa não pudesse estar voltado o acesso e permanência ao ensino público de qualidade. As desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais se ampliam ascendentemente na sociedade de classes. Torna-se oportuno dizer: se o governo não enfrentar o problema de emprego para a juventude, não enfrentará a questão da permanência dos alunos no ensino (ABRAMIDES, 2012, p.16).

Abramides (2012) também destaca um elemento chave do suposto processo de contrarreforma educacional, o ensino a distância. Essa modalidade de ensino chega para reafirmar a tendência de mercantilização do ensino e comprovar ainda mais o corte de gastos com a educação e a consequente precarização da mesma, com os cursos a distância, os alunos não tem contato direto com o professor e demais colegas impossibilitando centros de discussões, a formação aligeirada e precarizada em todos os sentidos e dimensões

Novos cursos, cursos sequenciais, tele ensino, ensino a distância se firmam no sentido de ajustar os cursos às necessidades do mercado. Gastar menos com educação, conceder um diploma em menor tempo e a consequente precarização do trabalho com menores salários sustentam a determinação do ensino como negócio, facilitando a intervenção do grande capital privado (ABRAMIDES, 2012, p. 12).

De um lado temos o interesse do grande capital e de outro a precarização do ensino. A formação a distância em Serviço Social sofre tencionamentos pelas entidades da categoria, que representam uma opinião formada acerca da precariedade do ensino e da dissociação que este apresenta com nossas diretrizes curriculares.

As entidades da categoria ABEPSS, CFESS-CRESS e ENESSO pronunciaram-se contrárias à implementação de cursos de graduação a distância, reafirmando: educação como direito, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, processo formativo básico na perspectiva da totalidade e criticidade na apreensão da realidade social. Apresenta, na particularidade do curso de Serviço Social, a importância do ensino presencial em relação ao ensino do trabalho profissional (ou ensino da prática) em todas as fases do processo formativo, realização do estágio profissional supervisionado de modo presencial e com acompanhamento dos supervisores acadêmicos de campo, realização de pesquisa e investigação como princípio que perpassa toda formação profissional. Neste sentido, a implementação dos cursos de graduação a distância “se confronta radicalmente com os nossos compromissos e princípios e colidem com os conteúdos, habilidades e competências previstas nas diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social” (ABEPSS/ CFESS/ CRESS/ENESSO, 2006).(ABRAMIDES2012, p.21).

O Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) tem como um dos objetivos principais ofertar condições para ampliar e fortalecer o acesso e permanência da educação superior, na graduação, e otimizar o aproveitamento dos recursos e estrutura física já existentes nas instituições. Além de elevar o percentual de conclusão dos cursos de graduação em cerca de 90% ao findar do plano.

Sobre esta questão Chauí faz seus apontamentos:

Desde o seu surgimento (no século XIII europeu), a universidade sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. A legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da ideia de autonomia do saber diante da religião e do Estado, portanto na ideia de um reconhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ela, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão (CHAUÍ, 1999, p.3).

O Ministério da Educação se propôs a enviar verba para o programa, que será destinada a cada instituição de ensino superior pública federal, com objetivo de suprir as despesas provenientes das demandas que surgem devido a instauração do REUNI, como por exemplo, despesas com funcionários, pois com a expansão demanda-se um maior quadro de pessoal, compra de bens e contratação de serviços indispensáveis ao funcionamento da instituição e obras para melhor infraestrutura. Entretanto, a precariedade dessa oferta, afeta diretamente a qualidade da educação, segundo Lima (2013):

Além dessas ações, a oferta da educação superior pública federal para as várias regiões e cidades, por meio de uma política de interiorização, deverá ser realizada de forma a assegurar condições de trabalho e de formação. Assim, a garantia da oferta da educação pública com infraestrutura e o número suficiente de docentes e técnico-administrativos para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, eliminarão qualquer possibilidade de uma formação diferenciada e hierarquizada, que concentra nas sedes das universidades federais os programas de pós-graduação, a pesquisa e os laboratórios, reduzindo as universidades e as unidades de ensino localizadas no interior dos estados a instituições de “educação terciária”, conforme noção elaborada e difundida pelo Banco Mundial. Seria necessária, também, a criação de políticas de valorização do trabalho docente por intermédio de condições dignas de trabalho, de carreira e de remuneração pautada na isonomia e, ainda, de estímulo à atividade crítica e criativa de produção e

socialização do conhecimento que atenda às lutas e demandas históricas dos trabalhadores (LIMA, 2013, p.266).

Entender que o REUNI possibilitou a expansão do número de matrículas dos cursos de Serviço Social, é um passo importante para analisar o desdobramento da qualidade de ensino. Segundo Lima, 2010 ao analisar o decreto que estabelecia o Reuni, fica evidente que a expansão seria condicionada ao orçamento proposto pelo governo, orçamento este extremamente restrito, garantindo um aumento de apenas 20% dos recursos já oferecidos as Instituições Federais de Ensino (IFES).

O reflexo da expansão do programa Reuni na Universidade federal de Ouro Preto (UFOP) não é menos sintomático, o tripé da educação pautado no ensino, extensão e pesquisa encontra na barreira do orçamento e a disputa do fundo público.

Em oposição às carreiras fechadas que exigem e impõem uma adaptação precoce à ordem social tal como ela é, a universidade é um lugar, talvez o único, de confrontação crítica entre as gerações, um lugar de experiências múltiplas, efetivas, políticas, artísticas, certamente insubstituíveis, uma oportunidade única para muitos rapazes e moças de viverem, por um tempo mais ou menos longo, qualquer coisa que se assemelha a uma vida intelectual, antes de entrarem de uma vez por todas na ordem social [...]. Com a derrocada desse lugar de concorrência e de questionamento dos saberes que o ensino superior ainda representa, é uma forma insubstituível do espírito crítico e cívico, que viria a desaparecer, atrofiando toda reflexão geral, capaz de ultrapassar os limites das especializações disciplinares e das competências economicamente funcionais, e assegurando para toda uma parcela da juventude esta espécie de distância crítica com relação ao seu destino social que é a condição de uma vida cultural esclarecida e de uma participação ativa na democracia. (LIMA 2007 apud ARESER, 1997, p. 120)."

O processo educacional está distante de ser considerado um processo cíclico e isolado, ele compreende as múltiplas determinações que envolvem o ser social na sua cotidianidade. O processo de evasão não se difere deste, uma vez que é sugerido por uma gama de fatores que assim como vimos, envolve tanto o contexto pessoal, quando histórico, econômico e social da/o estudante.

Perante esta análise, faz-se necessária uma reflexão sobre o papel importantíssimo das lutas contra a mercantilização do ensino. O processo de resistência por uma universidade pública, gratuita e de qualidade vem sendo traçada por diversos movimentos sociais – estudantil, sindical e populares, afinal, a

educação sendo tratada enquanto mercadoria, descaracteriza e enfraquece o ideal de universalização do conhecimento como fonte de resistência.

Após uma série de reformas neoliberais que cada vez mais nos levam a uma privatização, empresariamento e mercadorização da educação superior a fim de atender as demandas do mercado capitalista e a recomendação do Banco Mundial.

. O Banco Mundial na sua carta de recomendações aos países emergentes orienta o investimento de verbas públicas com mais afinco em instituições privadas de ensino, e é isso que irá acontecer de maneira acentuada em 2004 durante o governo Lula, quando é lançada a proposta de Reforma do Ensino Superior, em continuidade com a proposta de reformas iniciadas na década de 90, com a inauguração de programas que reforçam a lógica de investimento público no setor privado e parcerias público-privado, fortalecendo a ideia de educação como um serviço. Essa reforma é considerada uma “contrarreforma” diante do seu caráter de expansão, fortalecendo instituições privadas, que passam a ser caracterizadas como centros universitários, faculdades e universidades, e sucateando as universidades públicas, através de programas educacionais como o PROUNI, o FIES, o EAD, e o REUNI(ENESSO, 2015, p,7)

Para compreender o processo de desmonte das universidades, para além de entender as formas de acesso e permanência, precisamos caracterizar a universidade dentro dos limites da ordem capitalista. A universidade é um espaço de disputa e contradições.

Esvaziada desse papel, a heteronomia vem tornando-se o modo de ser da educação superior brasileira, num processo com dois sentidos principais: de reestruturação das universidades “de excelência”, assoladas pelas panaceias do eficientismo, do produtivismo e da administração gerencial, em que se valorizam aqueles setores e atividades mais afetas aos interesses dos grandes capitais; e de crescente mercantilização e vinculação com o capital financeiro internacional nas instituições de ensino superior. (MINTO 2018, p.4)

Afinal, qual o papel social da universidade? Não podemos analisar a universidade dissociada do papel fundamental que ela exerce socialmente, o estudante quando adentra na universidade, encontra uma realidade de conflitos iminentes e quando falamos da universidade pública, precisamos evidenciar a importância do fortalecimento dos movimentos estudantis e de do movimento docente e técnicos administrativo que fazem eclodir as greves.

Apenas por intermédio desses tensionamentos é que construímos estratégias de ação coletiva e de transformação dessa realidade. Nossas batalhas não se esgotam na luta por uma universidade pública, gratuita e de qualidade, mas é

através da defesa da democratização do acesso que possibilitamos cada vez mais a construção de sujeitos políticos conscientes de seu papel na luta contra a hegemonia do capital.

2.2. Os determinantes do processo de evasão

O significado de evasão, adotado pelo Ministério da Educação (MEC) consiste na “saída definitiva do curso de origem, sem conclusão, ou a diferença entre ingressantes e concluintes, após uma geração completa” (BRASIL/MEC, 1997, p. 19).

Segundo a comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Instituições de Ensino Superior Públicas, para garantir a exatidão dos resultados obtidos o termo evasão ficou caracterizado como:

- 1- Evasão de curso- quando o estudante desliga-se do curso superior em situações diversas tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), trancamento, exclusão por norma institucional;
- 2- Evasão da instituição- quando o estudante desliga-se da instituição em que está matriculado;
- 3- Evasão do sistema- quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior(BRASIL/ MEC 1997 p. 19).

Podemos entender por reprovação o desempenho pouco satisfatório e conseqüentemente insuficiente, por parte do aluno ao final de um semestre letivo exigido pela instituição, levando-se em conta o coeficiente atingido e a frequência nas aulas. No caso da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), a frequência mínima exigida é de 75 por cento e o percentual de aproveitamento para a aprovação nas disciplinas é de 60 por cento.

Segundo Mello (2007), é crucial considerar fatores sociais e familiares dos estudantes, como o gênero, a escolaridade e a ocupação do chefe de família como fundamentais causas do ingresso e evasão dos estudantes no ensino superior. É válido ressaltar também que o contexto sócio histórico da universidade e cidade em que o estudante é inserido reflete diretamente no cenário de evasão.

Os estudantes do mais alto quinto de renda mostram-se muito beneficiados em relação ao ingresso; mais de 70% decidem continuar os estudos no ensino superior, em contraste com aqueles que estão situados principalmente no 1o 2o e 3o quintos, entre os quais menos de um terço avançam em sua trajetória escolar. [...] Estudantes cujos chefes de família possuem nível superior completo têm 82,5% de possibilidades de ingresso, enquanto os estudantes cujos chefes possuem somente o ensino fundamental completo ou incompleto vêm

suas possibilidades reduzidas para 31%. Entretanto, aqueles cujos chefes completaram o ensino médio também ingressam no ensino superior em proporções maiores que a média, de 55,6% (MELLO, 2007, p. 9).

A desigualdade de acesso à educação superior é não somente evidente, como também certa no que diz respeito a continuidade do estudante nas instituições de ensino superior. Apesar da ampliação das políticas públicas que supostamente permitem um ingresso igualitário a educação, o reflexo na realidade é outro.

O próprio MEC, a partir dos resultados dos exames nacionais, divulgava dados que retratavam bem o contorno dessa desigualdade. Sobre os dados do questionário socioeconômico do Provão de 2003, extraiu o seguinte sobre cor e curso: não apenas os brancos estão mais presentes na universidade que sua representação na sociedade em geral (são 52% dos brasileiros, mas na educação superior somam 72,9%), como ocupam boa parte dos cursos com maior interesse de mercado (INEP, 2003) (VARGAS, 2007, p.85).

Para Vargas (2008) destaca também outros elementos sobre a evasão:

Se as probabilidades de acesso são menores para os estudantes oriundos das classes populares, por sua vez, o risco de evasão e retenção é maior para estes indivíduos do que para aqueles pertencentes às classes médias e altas (VARGAS, 2008, p.52)

O ingresso na educação superior brasileira apesar de ter sido promulgada a Lei nº 12.711 (em anexo B) denominada Lei das Cotas⁴, continua desigual e seletivo. Como Mello (2007) afirma, a expansão do ensino superior, ao contrário de beneficiar os grupos pobres e trabalhadores, oferece privilégios para aqueles que podem arcar com os custos envolvidos na sua formação.

Os custos envolvidos na formação superior pública se aproximam e muitas vezes superam os custos das mensalidades de uma universidade privada. Os estudantes de uma Instituições de Ensino Superior Pública não possuem gastos com mensalidade, porém somam inúmeras despesas com moradia, alimentação, livros, cursos adicionais e viagens para sua cidades natal, tendo em vista que boa parte dos estudantes não são nativos da região. Os gastos que devidos a alta inflação, sofrem aumentos constantes influenciam diretamente na possibilidade de continuidade do estudante na universidade.

⁴ Lei das Cotas ([Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012](#)) obrigou as universidades, institutos e centros federais a reservarem para candidatos cotistas metade das vagas oferecidas anualmente em seus processos seletivos

Para além do panorama econômico, faz-se necessária o destaque da influência de quesitos como: cor, gênero, raça, etnia, classe social e cotas, para que assim compreendamos o perfil do estudante de Serviço Social e sua reprodução na vida acadêmica.

Como estudante integrada ao curso de Serviço Social da UFOP, a percepção acerca dos ingressantes é que a maioria significativa é composta por mulheres, negras/os e pertencentes as classes⁵ mais pauperizadas. A forma como a comprovação ou não dessa percepção afeta a vida do discente será constatada nos resultados de pesquisa.

Os estudos sobre a desigualdade racial na educação apresentam evidências de que, apesar da redução que ocorreu entre os anos 2000 e 2010, persistem as desvantagens dos pretos e pardos, quando comparados aos brancos. Por exemplo, o Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil: 2009-2010, utilizando dados de 1988, 1998 e 2008, da pré-escola à pós-graduação, demonstra que há significativa diferença separando pretos e pardos de 1 A saber, a pesquisa em questão recebeu apoio do CNPq. Os seguintes assistentes de pesquisa participaram da equipe: Edilene Santana dos Santos Silva, Simone dos Santos Borges e Yuri Santos de Brito RBCPed16.indd 43 13/04/15 16:01 44 Paula Cristina da Silva Barreto brancos em quase todos os indicadores, e que as desvantagens dos pretos e pardos em relação aos brancos aumentam à medida que se elevam os níveis de escolaridade, chegando ao ápice no ensino superior e pós-graduação (BARRETO apud cf. Paixão et al., 2010)

É inegável a discrepância existente entre o acesso ao ensino por parte de brancos e negros. A relevância dessa colocação parte da importância de ressaltar a forma de acesso e permanência dessa população na universidade.

Os resultados das pesquisas que confirmam a existência de desvantagens dos estudantes negros quando comparados aos estudantes brancos, em especial no ensino superior, bem como a mobilização em prol da criação de cotas para negros nas universidades públicas brasileiras, foram importantes para que fossem criadas políticas de ação afirmativa na educação. Nessa área, essas políticas não se limitam à reserva de vagas nas universidades públicas, mas incluem ações para a formação de professores, inclusão de novos componentes nos currículos escolares, produção de material didático e paradidático, realização de cursos preparatórios para jovens negros e de baixa renda e financiamento dos estudos

⁵ A história de toda a sociedade até hoje é a história de lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestres e companheiros, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta (MARX e ENGELS 1990, p. 66).

universitários. Atualmente, há no Brasil um conjunto de dispositivos legais que induzem a construção de uma política educacional visando afirmar a diversidade cultural e tornar realidade a educação para as relações étnico-raciais nas escolas.(BARRETO, 2016, p.47)

O cenário desigual de acesso as universidades, também se evidencia no quesito gênero⁶. Na sociedade predominantemente marcada pela dominação masculina, a inserção massiva de mulheres no Serviço Social devido a visão deturpada acerca do papel do Serviço Social relacionando-se às capacidades que são associadas as mulheres, tais como: zelo, cautela e auxílio.

O Serviço Social não é visto, portanto, como uma profissão que toma decisões, que participa “produtivamente” na divisão do trabalho, que participa na definição dos objetivos gerais das políticas sociais ou no seu desenho com autonomia para definir os recursos a empregar, os benefícios da sua ação, que possui um conhecimento teórico-universal sobre o social (apesar de que diversos Assistentes Sociais sim atuem nestes níveis). Pelo contrário, o Serviço Social é em geral identificado, em concordância com o papel que as sociedades “patriarcais” atribuem às mulheres, como uma profissão que executa as decisões dos outros (os “políticos”) que conhece a realidade social por meio dos olhares dos outros (os “cientistas sociais”) e que assiste às populações carentes, mas como auxiliar de outros profissionais (médicos, advogados etc) “(MONTAÑO, 2007, p.)

Além da predominância feminina percebida, é considerável que por influência da Lei das cotas, estudantes de renda baixa e estudantes oriundos de escolas públicas vêm ingressando cada vez mais na universidade. Segundo Netto (1996) está acontecendo:

1) uma perceptível mudança no perfil socioeconômico da massa do alunado, cada vez mais recrutada em estratos médio-baixos e baixos das camadas urbanas;(NETTO, 1996, p. 110).

O ingresso de estudantes da classe trabalhadora especialmente no curso de Serviço Social, reflete diretamente na forma de atuação na graduação e após sua formação. Assim como, ressaltado por Veloso (2007) a qualidade da atuação profissional está atrelada a identificação do sujeito para com a profissão.

⁶ O conceito de gênero pode ser percebido de diversas formas, para nossa análise, precisamos ressaltar o contexto sócio-histórico em que vivemos e a importância de compreender as problemáticas que emergem associadas ao gênero feminino e masculino. Compreendendo gênero como uma caracterização; homem e mulher, neste texto, ressaltaremos os desdobramentos das construções sociais especialmente sobre o gênero feminino.

Ainda apontando a crítica de Netto (1996) acerca do perfil do estudante, precisamos problematizar as formas de acesso desses estudantes e também as suas formas de permanência na universidade.

O ingresso de estudantes cotistas compreende também o universo dos estudantes negros. O papel da/o negra/o como produtor de conhecimento vem crescendo dentro da academia. Os estudantes do Serviço Social se deparam com o cenário do movimento negro na graduação na eletiva denominada “Raça, gênero; etnia e sexualidade” e ainda em uma semana dedicada ao estudo e debate pertinentes a essa temática, denominada "Calourada Preta". As matérias eletivas podem ser escolhidas pelo aluno ao longo da graduação, infelizmente muitos concluem o curso sem ter contato com a disciplina, precisamos cada vez mais, aumentar os espaços de discussão sobre o tema e mobilizar a comunidade acadêmica a se posicionar, refletir e produzir acerca da questão de raça, gênero, etnia e sexualidade. Mas o que é ser negro dentro de uma universidade? O preconceito é fruto de toda carga histórica de dominação de brancos sobre os negros; entretanto existem consideráveis esforços para que essa realidade seja superada a cada dia, afim de reforçar o potencial do negro.

Os antagonismos e conflitos sociais que envolvem a questão racial têm suas raízes nas contradições próprias da sociedade capitalista e estão intrinsecamente relacionados com a questão social, que ao ser naturalizada e criminalizada impede uma abordagem crítica e uma intervenção eficaz no que diz respeito as suas expressões. (PEREIRA, 2009, P. 201)

Uma pesquisa de dados realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2006) revela que a população pobre no Brasil é, em sua maioria, constituída de mulheres e homens negros, revela também que o Brasil tem 50,3% de sua população composta por negros e pardos. É notável a representatividade negra dentro do curso de Serviço Social, o debate acerca das questões raciais e estudantis vão ao encontro do debate da permanência do discente na universidade.

2.3. O cenário sócio histórico e econômico da cidade de Mariana: os reflexos na vida da/o estudante

Todos os quesitos que englobam o perfil da/o discente de Serviço Social inserida/o no contexto da Universidade Federal de Ouro Preto são fundamentais para compreender desde sua inserção o até a evasão caso ocorra.

É crucial ressaltar o contexto social, histórico, político e econômico do município em questão, no qual se insere o curso de Serviço Social da UFOP e seus desdobramentos na vida acadêmica.

O município de Mariana, segundo dados disponibilizados pela prefeitura municipal, não se caracteriza, exclusivamente, por uma cidade universitária, já que é possível identificar em seu território diversas empresas de extrativismo de minérios, como a Vale, Gerdau, Samarco, entre outras. Para além disso, destaca-se como primeira capital mineira e tem seu centro histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1945. Cidade integrante do Circuito Estrada Real e Trilha dos Inconfidentes sua economia sofre constante impacto que movimenta grande capital em seus hotéis, pousadas, restaurantes, comércio de pedras preciosas, obras de arte, artesanato.

Por ser uma cidade histórica, há inúmeras exigências e limitações na construção de moradias, é preciso atender as condições propostas pelo IPHAN e pela Companhia Energética de Minas Gerais para construir ou reformar.

A UFOP no primeiro trimestre de 2016 entregou à comunidade acadêmica o conjunto de moradias estudantis e abriu edital referente a ocupação de 120 vagas divididas em 4 casas com 18 vagas cada e 4 apartamentos com 12 vagas cada. Existe também o conjunto de sete moradias federais denominada pelos estudantes de “moitas”, estas contém cerca de 12 estudantes por casa, podendo variar conforme a demanda

O número de moradias federais é insuficiente para suprir a demanda dos alunos, que colocados a margem dessa situação precisam buscar outros modelos de moradia. Os meios mais comuns são as pensões⁷ e repúblicas particulares⁸. A discussão acerca do sistema republicano em Ouro Preto e Mariana vem ganhando o cenário nacional pelos exageros e escândalos, assim precisamos entender o cenário que o estudante se insere.

Sayegh (2009) revela em seu artigo que existem diversas semelhanças entre às repúblicas dos alunos da Universidade de Coimbra em Portugal e as republicas dos dissidentes da UFOP. A autora revela que essa proximidade se dá

⁷ “Pensão se caracteriza como acomodações gerenciadas pelos moradores locais que disponibilizam quartos e serviços para estudantes mediante um custo mensal.” (BONFIM, 2013)

⁸ O sistema de repúblicas particulares funciona mediante pagamento pela moradia e especialmente em Ouro Preto e Mariana tem características únicas, entre elas podemos ressaltar a hierarquia (ex-alunos, decano, vice-decano, respectivos moradores por sua ordem de escolha e bixos); sistema de batalha pela permanência e constantes festas.

pelas festas tradicionais, trotes, batalha⁹ e hierarquia interna ¹⁰e algumas outras características estruturais e funcionais.

O processo de batalha pelo qual o estudante é submetido, demanda tempo para realização de tarefas, é relevante considerar também que muitos estudantes que estudam em Mariana no entanto residem em Ouro Preto, ainda precisam se deslocar, dependendo de cerca de duas à três horas diárias no trajeto de ida e volta, apesar de muitos encontrarem a possibilidade de facilitar o deslocamento por intermédio de caronas que são oferecidas pelos motoristas que fazem o trajeto diariamente. O tempo para se dedicar aos estudos fica portanto prejudicado. Outro fator que contribui diretamente à redução do tempo necessário aos estudos é a obrigatoriedade de comparecer aos chamados rocks; os alunos que se encontram no processo de batalha, afim de conseguir uma oportunidade de morar em determinada república, são forçados a comparecerem a tais festas e coagidos a servir bebidas e atender diversas exigências feitas pelos ex-alunos e moradores mais antigos.

Para além de compreender as condições em que o estudante de Serviço Social da UFOP se insere ao ingressar no curso, precisamos entender também a percepção dos mesmos acerca das protoformas da profissão e seus traços tradicionais. Segundo Netto(2006), esses traços influenciam na imagem de um Serviço Social associado a ajuda, assistência, caridade e psicologização dos problemas dos usuários. Essa imagem deficitária acerca da profissão causa uma descaracterização da mesma. Para o estudante ingressante, ter aproximações com a verdadeira concepção do Serviço Social e seu objeto¹¹ de atuação, já no início do seu processo de formação, é fundamental para a superação dessa concepção inicial.

Muitas vezes, ao se deparar com o real sentido da profissão, a/o aluna/o ingressante entra em conflito, visto que uma considerável parcela destes tem a concepção errônea de que as atribuições da/o assistente social vão ao encontro as atribuições de outros profissionais, tais como, psicólogos, advogados, dentre outros.

⁹ Batalha pode ser compreendida como o tempo em que o aluno necessita fazer tarefas extras e se submeter à trotes para conquistar o título oficial de morador de uma república.

¹⁰ Sistema de superioridade de Ex-alunos sobre os moradores atuais e estudantes em período de batalha (bixos). O sistema hierárquico sugere obediência aos seus superiores.

¹¹ O objeto se encontra nas expressões da questão social (IAMAMOTO, 2003), com ações incidindo na articulação de recursos necessários para viabilizar a proteção social de sujeitos singulares ou grupos de sujeitos, usuários das diferentes políticas setoriais.

A situação da profissão no âmbito de reconhecimento nacional e condição de atuação sofre com contradições oriundas da má interpretação acerca do Serviço Social.

Portanto, ainda que o Serviço Social tenha seu estatuto de profissão liberal reconhecido, o trabalho do assistente social é tensionado pela relação de compra e venda da sua força de trabalho especializada. A condição de trabalhador assalariado - seja nas instituições públicas ou nos espaços empresariais ou "sem fins lucrativos", faz com que os profissionais não disponham totalmente, nem tenham controle sobre as condições e os meios de trabalho postos à sua disposição no espaço institucional (RAICHELIS, 2013, p. 620).

Sobre a condição de vendedores da sua força de trabalho e consequentemente explorados, as/os assistentes sociais tem uma remuneração majoritariamente insatisfatória, ainda que exista uma luta constante pela aprovação do projeto de lei que estabelece o piso salarial em torno de R\$4.000,00, a média salarial da categoria de assistentes sociais segundo o Conselho Federal de Serviço Social (CEFESS), que utiliza dados do Salariômetro da Fundação Getúlio Vargas (FGV), é de cerca de R\$2.000,00 e a jornada de trabalho oficialmente estabelecida pela Lei 8.662/1993 é de 30 horas semanais.

O código de ética¹² da profissão é fonte primeira de conhecimento da atuação da/o assistente social. Durante a graduação a explanação a cerca deste documento deve se dar de maneira clara eficiente e preferencialmente em um momento inicial do curso, para que, detendo estes referenciais de prática profissional os graduandos possam ter uma formação teórica e técnica qualificada, tornando-se assistentes sociais comprometidos e envolvidos com a disseminação da profissão, e consequentemente desmistificando o caráter filantrópico da mesma.

¹² "O Código de Ética Profissional representa a dimensão ética da profissão, tendo caráter normativo e jurídico. Ele delinea parâmetros para o exercício profissional, define direitos e deveres dos assistentes sociais, buscando a legitimação social da profissão e a garantia da qualidade dos serviços prestados. Ele expressa a renovação e o amadurecimento teórico-político do Serviço Social e evidencia em seus princípios fundamentais, o compromisso ético-político assumido pela categoria." (CEFESS)

CAPÍTULO III – A EVASÃO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFOP

O presente capítulo apresenta uma percepção resultante da pesquisa realizada nos meses de agosto e setembro de 2016 junto aos estudantes do curso de Serviço Social da UFOP com o objetivo de analisar o fenômeno da evasão, buscando compreender as causas que levam a/o estudante a evadir do curso.

3.1. Sistematizando o fenômeno da evasão no serviço social da UFOP

A pesquisa foi realizada com estudantes do segundo e sétimo períodos de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto. Os estudantes do segundo período foram escolhidos para apresentar uma percepção inicial das problemáticas enfrentadas no curso e os do sétimo período, por possuírem um contato maior com a grade e já aproximação com os campos de estágio. Os alunos evadidos tiveram representantes importantes para que esta análise ocorresse. No total, a pesquisa envolveu 27 discentes e 6 alunos evadidos. O intuito desse estudo é analisar as proposições afim de entender as causas e impactos da evasão no curso e contribuir para um melhor entendimento e futura intervenção sobre este fenômeno.

Tabla 1 - Relação a idade dos participantes da pesquisa

IDADE	
ALTERNATIVA	QUANTIDADE
De 18 a 22 anos	15 estudantes
De 23 a 30 anos	9 estudantes
Mais de 30 anos	3 estudantes

Analisamos que dentre os 27 entrevistados, sendo esses 19 do segundo período e 8 do sétimo período, a maioria dos estudantes se encontra entre a faixa de idade de 18 à 22 anos. São jovens que atingiram a maior idade recentemente e possuem menos de 5 anos da conclusão de seu ensino médio. Há uma pequena parcela de estudantes com idade superior a 30 anos (3 estudantes).

Tabela 2 - Relação ao sexo dos participantes da pesquisa

SEXO

ALTERNATIVA	QUANTIDADE
Mulheres	20
Homens	7

Os dados do questionário indicam ou evidenciam que o corpo discente é composto majoritariamente por estudantes do sexo feminino. Este fator pode ser compreendido levando-se em consideração que a sociedade ainda é estruturada na divisão sexual do trabalho

A perspectiva de análise de gênero possibilita perceber que a subalternidade conferida às mulheres é resultado de uma construção social, portanto, histórica, e não de uma essência natural feminina. Dessa forma, não é por ser exercida em sua maioria por mulheres que a profissão carrega um estatuto de subalternidade, mas pelas construções sócio-históricas de uma sociedade patriarcal em torno do feminino (CISNE, 2012, p. 22).

Cisne (2012) também afirma que essa construção social e o essa apreensão são fundamentais e contribuem para o enfrentamento direto a esta subalternidade.

Tabela 3 – Formas de ingresso

FORMA DE INGRESSO	
ALTERNATIVA	QUANTIDADE
Ampla Concorrência	19
Cota Racial	3
Cota Social	3
Cota Por Escola Pública	1

Sobre a forma de ingresso dos estudantes entrevistados obtivemos que 19 ingressaram na instituição por meio da ampla concorrência, 3 por meio das cotas sociais, 3 por meio das cotas raciais e 1 por ter estudado em escola pública durante o ensino médio. Descobrimos durante a elaboração do referencial teórico que este modelo de Ação Afirmativa tem por objetivo diminuir a disparidade do acesso ao ensino superior público entre pessoas de diferentes cores de pele e níveis socioeconômicos. De acordo com dados do ministério da educação 50% do total de vagas da instituição de ensino devem ser subdividas igualmente entre estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e

meio por pessoa e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio.

Tabela 4 – Cor

COR DA PELE	
ALTERNATIVA	QUANTIDADE
Branco	10
Preto	6
Pardo	10
Amarelo	1

Quando perguntados sobre a cor da pele, os discentes escolheram entre: branca; parda; preta e um estudantes se declarou amarelo. Podemos entender a ausência de estudantes indígenas como fruto de uma cultura excludente, visto que a população indígena vive à margem da sociedade e aqueles que se inserem na vida acadêmica encontram dificuldades objetivas de permanência.

Tabela nº 5 – Estado Civil

ESTADO CIVIL	
ALTERNATIVA	QUANTIDADE
Solteiros	23
Casados	3
Divorciados	1

No que diz respeito ao estado civil da/os estudantes, a maioria se declarou solteira. É importante ressaltar que os 3 entrevistados que se declararam casados, também se declararam com filhos. O nível elevado de estudantes solteira/o está extremamente ligado a faixa de idade dos estudantes entrevistados. Há uma tendência crescente de casamentos cada vez mais tardios. Segundo pesquisa realizada pelo

IBGE em 2014 a idade média dos cônjuges solteiros mulheres em um período pesquisado de 40 anos, passou de 23 para 27 anos, enquanto a idade

média masculina subiu de 27 para 30 anos e a média de idade em que as pessoas se unem estavelmente em 2014 girava em torno 34 anos.

Tabela nº6 – Estudantes com filhos

FILHOS	
ALTERNATIVA	Nº
Possuem	3
Não Possuem	24

Dos entrevistados menos de 10% possuem filhos. Elencamos alguns fatos que acreditamos contribuir para este fenômeno. Na contemporaneidade temos percebido uma realocação do papel da mulher nas diferentes esferas da vida por meio do movimento feminista e de resistência ao patriarcado. O papel social destas não está mais restrito a cuidar do lar e dos filhos, as mulheres estão se inserindo cada vez mais no mercado de trabalho.

Tabela 7 – Escolas que a/o estudante ingressou antes da universidade

ANTES DE ESTUDAR NA UFOP ESTUDOOU	
ALTERNATIVA	QUANTIDADE
Escola Pública	19
Escola Particular	8

Destaca-se uma problematização necessária, 19 estudantes declararam estudar anteriormente em colégios públicos, entretanto, apenas 1 estudante ingressou na universidade utilizando a cota para escolas públicas. Precisamos repensar o papel importante do acesso através das cotas e o conhecimento dos alunos acerca dessa forma de acesso.

Tabela 8 – Distância para chegar a Universidade

DISTÂNCIA	
ALTERNATIVA	QUANTIDADE
De 0 a 1 km	14

De 2 a 5 km	6
De 6 ou mais km	5
Não quiseram ou não souberam responder	2

Em relação a distância aproximada que o estudante percorre diariamente de sua residência até o campus. Obtivemos que 14 estudantes moram a menos de 1km de distância, 6 moram de 2 a 5 km de distância, 6 moram a uma distância superior a 5 km e 2 entrevistados não souberam ou não quiseram responder.

Tabela 9 – Meio de transporte

MEIO DE TRANSPORTE	
ALTERNATIVA	QUANTIDADE
A pé	21
De ônibus	5
De carro	1

Quando questionados a cerca do meio de transporte utilizado para se locomoverem até a universidade 21 estudantes responderam.

Os gastos influenciam diretamente na manutenção do discente na universidade. Constatamos com o questionário que 9 dentre 27 entrevistados exercem alguma atividade remunerada, entre eles 3 a fazem na parte da noite e 6 em período diurno. Como já dito por Araújo (2009) “[...] o trabalho parece ter invadido todos os poros da vida, ocupando parte do tempo e das preocupações do trabalhador [...]”. Os estudantes que enfrentam a dupla jornada, enfrentam também as dificuldades por ela geradas, tendo que se desdobrar entre atividades acadêmicas e atividades profissionais.

Tabela 10 - Trabalho

TRABALHA		TURNO	
ALTERNATIVA	QUANTIDADE	ALTERNATIVA	QUANTIDADE
SIM	9	MANHÃ	6
NÃO	18	TARDE	0

NOITE	3
-------	---

Segundo dados da Pró-reitora de Assuntos Comunitários e Estudantis a Universidade Federal de Ouro Preto disponibiliza programa Bolsa-Permanência, que possui natureza social e pedagógica e tem por objetivo fornecer aos estudantes suporte financeiro para sua permanência no curso. O valor da bolsa é definido de acordo com a categoria de classificação do discente: Categoria A: R\$ 400,00/ Categoria B: R\$ 300,00/ Categoria C: R\$200,00/Categoria D: R\$ 100,00. E também o Programa Bolsa-Alimentação que tem por finalidade subsidiar refeições nos Restaurantes Universitários da UFOP aos estudantes da modalidade presencial, dos campi Ouro Preto, Mariana e João Monlevade. Os vales-refeições são depositados mensalmente como créditos na carteira de identidade estudantil do bolsista, exceto em períodos de férias e recessos acadêmicos. Assim como a bolsa permanência, os créditos atribuídos a cada bolsista são definidos e com a categoria de classificação do bolsista da seguinte forma: Categoria A: créditos correspondentes a gratuidade total, para almoço e jantar/ Categoria B: créditos correspondentes a 75 % de gratuidade, para almoço e jantar/ Categoria C: créditos correspondentes a 50% de gratuidade, para almoço e jantar/Categoria D: créditos correspondentes a 25% de gratuidade, para almoço e jantar.

Tabela 11 – Assistência Estudantil

BOLSA/AUXILIO	
ALTERNATIVA	QUANTIDADE
Recebem	9
Não recebem	18

Percebemos através das análises feitas aos dados obtidos que apenas 33% dos entrevistados acessam esse direito. Julgamos que o baixo acesso a este programa de bolsas pode estar diretamente relacionado a burocracia na análise socioeconômica por parte da Pró-reitora responsável por administrar estes recursos e também ao corte de verbas destinadas a educação de ensino superior por parte do governo federal.

Tabela 12 – Escolha do curso

MOTIVO DA ESCOLHA DO CURSO			
ALTERNATIVAS	CONCORDO	DISCORDO	INDIFERENTE
Sempre quis fazer o curso	13	9	5
Possibilidade de contribuir para a sociedade	23	3	1
Possui habilidades relacionadas ao curso	21	1	5
Possuo gosto pelas disciplinas do curso	21	2	4
Mundo do Trabalho e possibilidades salariais	11	6	10
Baixa concorrência por vagas	10	4	13
Permite conciliar trabalho e aula	8	7	12
Influência dos pais ou familiares	6	10	11

A cerca dos motivos para a escolha do curso, os estudantes destacaram como principais: 1- Possibilidade de contribuir para a sociedade; 2- Por ter habilidades relacionadas ao curso; 3- Gosto pelas disciplinas do curso.

Quando questionados sobre a opção feita por: 1-Mundo do trabalho e possibilidades salarias; 2- Baixa concorrência por vagas; 3- Permitia conciliar trabalho e aula; 4- Influência dos pais ou familiares; 5- Por não saber o que fazer. Muitos discentes discordaram ou se colocaram indiferentes.

Os motivos que levam os estudantes a escolha do curso, são fundamentais para compreender os motivos que os levam a evadir. Muitas vezes a influência de familiares e a indecisão ao ingressar, fazem com que os estudantes optem por um curso que não desejam realmente, podendo causar problemas futuros.

Pensar principalmente no quesito apontado pelos estudantes no que tange a possibilidade de contribuir para sociedade, é pensar também no perfil desses estudantes e na responsabilidade perante a resposta que oferecem a classe trabalhadora enquanto futuros profissionais.

Tabela 13- Estudantes que considera o curso difícil

CURSO DIFICIL	
ALTERNATIVA	QUANTIDADE
Sim	7
Não	20

Sobre a complexibilidade do curso 20 alunos apontaram que não consideram um curso difícil e aqueles que optaram pela alternativa “sim”, justificaram apontando a carga teórica elevada e o acumulado de leituras como principal dificuldade.

Tabela 14 - Infrequência nas aulas

AUSÊNCIA AS AULAS	
ALTERNATIVA	QUANTIDADE
Problemas familiares	3
Trabalho	3
Atividades extra-acadêmicas	2
Preguiça	2
Descaso	1
Não responderam	16

Quando questionados, 16 dos 27 entrevistados optaram por não responderem os motivos referente a ausências nas aulas das disciplinas em que se matricularam. Dentre os respondentes os motivos variaram desde problemas familiares a até descaso por parte dos mesmo.

Tabela 15 - Corpo docente

CORPO DOCENTE	
ALTERNATIVA	QUANTIDADE
Ruim	1
Regular	5
Boa	19
Ótima	2

Considerações acerca do corpo docente: Parte considerável dos alunos julgou o corpo docente do curso de Serviço Social bom ou regular. Apesar do número de reprovação não ser alarmante, é preciso problematizar que apenas dois alunos julgaram o corpo docente como ótimo. O papel do corpo docente na permanência do estudante no curso é fundamental, faz se necessário um maior entendimento desse quesito.

Tabela 16 – Grade curricular

GRADE CURRICULAR	
ALTERNATIVA	QUANTIDADE
Ruim	2
Regular	6
Boa	15
Ótima	4

A grade curricular do curso é disposta em 5 disciplinas semestrais, totalizando 8 semestres e um total de 30 disciplinas obrigatórias, 4 eletivas, 4 estágios e 4 oficinas profissionais. Com um total de 3000 horas, o curso conta com disciplinas como: Teoria Sociológica; Teoria Social e Serviço Social I, II e III; Teoria Política, entre outras.

Quando perguntados sobre a qualidade da grade curricular 8 alunos se sentiram desapontados, classificando-a como ruim ou regular. Deixamos um espaço para que os alunos colocassem sugestões ou reclamações, algumas delas foram:

Margarida: “Que o curso possa ter um pouco mais de prática. Porque sendo muito teórico se tornam maçante”.

Cravo: “Vinculação maior com a instrumentalidade.”

Lírio: “Seria interessante um tratamento mais adaptado para os estudantes que são trabalhadores.”

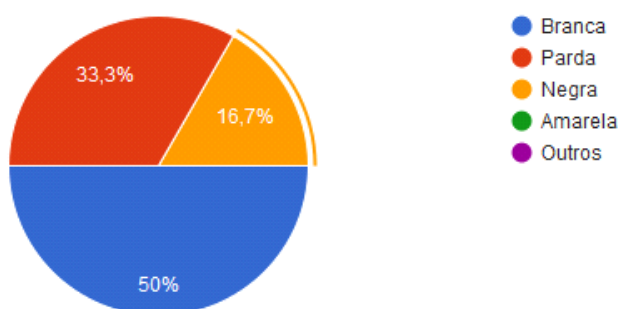
Após a análise de dados, percebemos que as proposições iniciais sugeriam um problema que foi comprovado. Faltam recursos para que o bem estar do estudante seja garantido e sua permanência seja assegurada. Faz se necessária uma intervenção para que os resultados obtidos não reflitam na qualidade e continuidade do curso de Serviço Social na UFOP.

3.2. Percepção acerca dos alunos evadidos

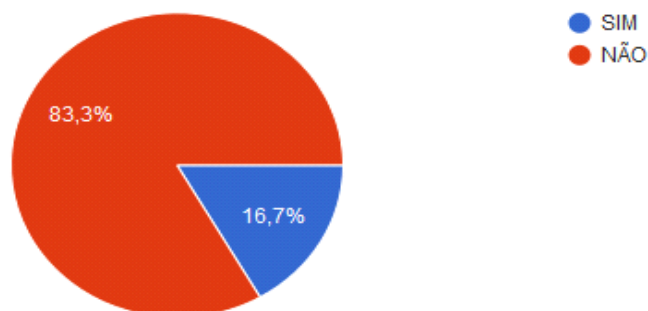
A faixa de idade dos estudantes pesquisado, não ultrapassou 27 anos e a maioria declarou ter de 18 á 23 anos. A baixa idade dos evadidos revela que se inseriram no curso jovens, pouco tempo depois da conclusão do ensino médio, o que pode acarretar em uma indecisão acerca do que cursar.

Apenas um entre os seis entrevistados era do sexo masculino. É um reflexo da feminização do curso de Serviço Social. Assim como analisamos anteriormente, o curso de Serviço Social, devido a sua protoforma, é associado a cuidado e atenção, essas associações nos levam a acreditar que ele é um curso feminino.

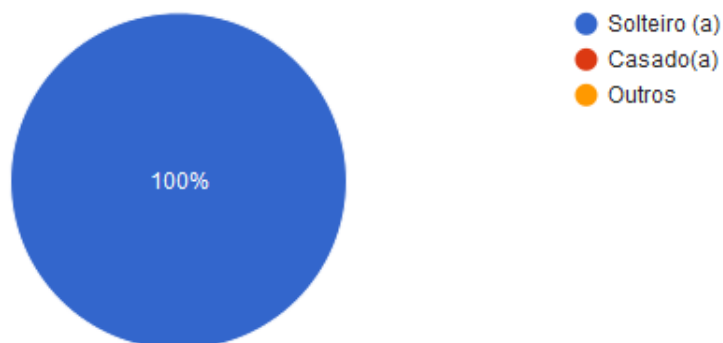
Qual a sua cor? (6 respostas)



50% dos estudantes se declararam brancos, 33,3% pardos e apenas 16,7% negros. Mesmo com crescimento do número de vagas, a taxa de desigualdade de ingresso ainda é alarmante. Em 2003 o INEEP afirmou que os brancos somam 52 % dos brasileiros e na educação atingem um nível de 72,9%.

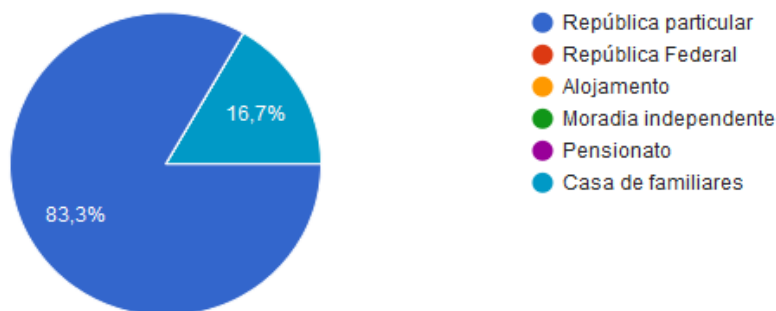
Era beneficiário(a) de alguma bolsa estudantil? (6 respostas)

Dos evadidos, apenas 16,7% possuíam alguma bolsa estudantil. Esse é um dado alarmante, visto que muitos estudantes ao se inserirem na universidade precisam se readaptar, arcar com novas despesas fixas e imprevistas. Os estudantes de baixa renda, apesar de contarem com cotas para ingressar na universidade, tem sofrido com os cortes de verbas estudantis. Ao mesmo tempo que seu ingresso é facilitado, sua permanência é subjetiva, dependendo muitas vezes exclusivamente das bolsas para se manter.

Estado civil (5 respostas)

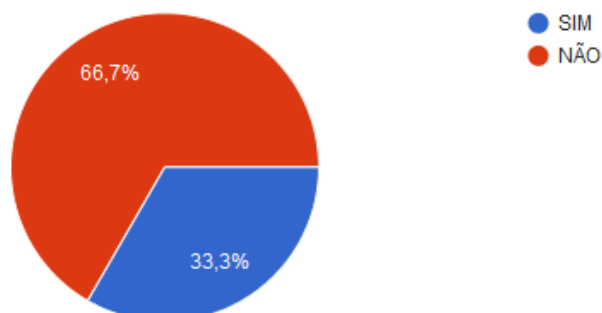
Todos os integrantes da pesquisa que responderam quando questionados acerca de seu estado civil, se declararam solteiros.

Local que residiu no período de permanência no curso: (6 respostas)



A permanência é uma questão que precisa ser tratada enquanto fundamental para o desempenho do estudante. Os 83,3% dos estudantes que declararam residir em república particular, despendiam de custos para arcar com o aluguel. As repúblicas particulares em Ouro Preto e Mariana, como já analisamos anteriormente, tem peculiaridades e tradição, muitas vezes os alunos são submetidos a tarefas excessivas e trotes que podem diminuir o tempo que se dedicam a universidade. O fator moradia é um fator fundamental para compreender a condição do estudante de permanecer no curso.

Exercia alguma atividade remunerada no período cursado? (6 respostas)



Quando perguntamos sobre o exercício de alguma atividade remunerada no período em que cursaram Serviço Social, alguns estudantes responderam afirmativamente. A dupla jornada do estudante trabalhador precisa ser colocada como fator de atenção maior, uma vez que o estudante que precisa trabalhar, tem seu tempo de dedicação aos estudos reduzido.

É importante entender os motivos que levaram o estudante a ingressar e evadir do curso, para assim desenvolver futuras ações a respeito. Ao que diz respeito ao ingresso no curso, três entre os seis integrantes afirmaram ter optado pelo curso afim de futuramente tentar uma reopção. Dois deles afirmaram que

escolheram o curso pela boa recomendação que recebiam. Um estudante colocou que se interesse de ingresso era de se tornar um profissional da área. O fato de 50 % dos estudantes declararem que seu ingresso se deu por interesse de reopção de curso é um quesito que deixa em evidência possível um motivo pelo qual os mesmos evadiram, já que inicialmente não tinham interesse expressivo pelo curso. Por fim, questionamos os evadidos sobre os reais motivos de seu egresso. Dois deles conseguiram a mudança de curso. Um foi aprovado em uma universidade de sua cidade natal. A outra metade dos participantes afirmou que sua evasão se deu pela não adaptação, seja ela a cidade, curso ou república, aliada a dificuldades financeiras.

A precarização do ensino e não existência de universidades em muitas regiões, é um dificultador do ingresso do estudante. Quando a/o estudante é inserido no cenário universitário e não encontra condições mínimas para a sua permanência, ele é obrigado a se deslocar para outras áreas. Fica claro que a permanência vem se colocando como determinante para a estadia do universitário no curso escolhido. A possibilidade de reopção de curso também faz com que o estudante ingresse no curso, afim de tentar futuramente se inserir em outro, podendo ser este da própria universidade ou de outra.

3.3 Panorama geral dos discentes

Em consulta realiza a secção de ensino, obtivemos dados relevantes que comprovam o processo de evasão anteriormente descrito no trabalho.

Tabela nº17 – Panorama de vagas

Dados gerais do número de vagas	
ALTERNATIVA	Nº
Ingressantes	+ - 1000
Matriculados	338
Concluintes	257
Evadidos	468

Em nove anos de existência do curso de Serviço Social na UFOP, apenas 257 alunos concluíram o curso, se analisarmos tal dado, chegamos a apenas 14

estudantes graduados por semestre letivo. Quanto ao percentual de alunos evadidos, soma-se cerca de 26 alunos por semestre.

Os fatores que levam a esse dado foram apresentados anteriormente, entretanto, esta é uma análise inicial e continua, todos os semestres ingressam estudantes dos mais diversos estados, cores, gêneros e formações sociais e a evasão é um fenômeno contínuo, que precisa ser analisado e enfrentado. O projeto de universidade popular é um projeto de todos, é um projeto pautado em lutas e enfrentamentos a mercantilização da educação. Este trabalho não esgota a discussão sobre a evasão, mas segue seu intuito de realizar esta análise inicial afim de instigar novas discussões e futuras ações. A universidade é nossa, é nosso papel ocupa-la e garantir a continuidade da indissociabilidade entre o ensino pesquisa e extensão e para além disso, ocupar estes espaços afim de buscar garantias de permanência e qualidade de vida aos alunos tendo em vista sempre o universo da emancipação política e consequente emancipação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da trabalho, surgiram diversos impasses para o acesso a informação, muitos deles gerados pelo ambiente estudantil. Apesar deste fator, a pesquisa foi efetivada e podemos nos deparar com um cenário complexo e passível de intervenção.

Segundos os dados encontrados, a evasão é um problema real enfrentado no curso de Serviço Social da UFOP. Os motivos iniciais da pesquisa acerca da evasão, foram comprovados , porém foram também extrapolados, surgindo novos questionamentos que precisam ser aprofundados em estudos futuros.

Em um cenário de crises cíclicas, a mercantilização, empresariamento e privatização da educação superior destaca e torna precária a permanência do estudante na universidade. A necessidade do estudante ser também trabalhador é advinda da precariedade da assistência estudantil, que vem sendo estrangulada, dificultando não apenas o acesso, mas também a permanência do estudante na universidade.

É inegável a insatisfação dos alunos participantes da pesquisa sobre a teorização do curso e a demasiada carga de leitura proposta, além de uma não satisfação real com a grade curricular e corpo docente.

Não podemos compreender o estudante enquanto isolado das suas relações cotidianas, faz se necessária uma atuação direcionada ao atendimento das particularidades dos mesmos, para que só assim a evasão deixe de ser um problema recorrente. O problema da evasão não é um problema apenas institucional, uma vez que suas causas estão no âmbito pessoal, histórico, econômico, cultura e educacional e social. É uma tangente que deve ser enfrentada pelos diversos setores que compõem a instituição de ensino, desde os estudantes até o corpo docente, mas não somente, afinal, a luta por uma educação gratuita e de qualidade é uma luta da classe trabalhadora, dos movimentos sociais, é uma luta diária de toda população a quem o ensino pertence por direito.

Para que o Serviço Social continue sua trajetória de perpetuação na atuação das contradições geradas pela dualidade capital x força de trabalho, precisamos que cada vez mais Assistentes Sociais comprometidos com o verdadeiro sentido da profissão, sejam formados e preencham os espaços ocupacionais. A evasão precisa

ser combatida com muita luta, , firmada no compromisso com uma educação de qualidade que esteja acessível com seu caráter universal. A luta do Assistente Social começa na graduação e se estende por toda sua trajetória, afim de garantir o livre acesso aos direitos e o gozo real das relações socialmente produzidas pela classe trabalhadora.

Para uma futura ordem societária igualitária, num caminho árduo para a emancipação política enquanto mediadora da emancipação humanada, faz se necessária a atuação de Assistentes Sociais e para que haja uma disseminação maior do ideal pertencimento ao processo de produção e reprodução da vida social, o problema da evasão, mesmo que em âmbito restrito as peculiaridades de cada instituição, precisa ser combatido, possibilitando cada vez mais o ingresso e consequente formação no Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M.B.C; **As contrarreformas do ensino superior e a luta pela educação de qualidade.** Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP v. 11, n. 1 (13), p. 7-26 jan./ jun. 2012

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço social e filosofia: das origens a Araxá/** Antônio Geraldo de Aguiar. – 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2011

ANDRADE, A. R. A. M. ; **O ensino Superior e o Ensino no curso de Serviço Social.** 200-. Tese(Doutorado) – Faculdade de Serviço Social, UNESP, Franca, 200-. Disponível em: < http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n2_ensino.htm>. Acesso em: 4 de maio 2018

ARESER (Association de réflexion sur les enseignements supérieures et la recherche). **Quelques Diagnostiques et Remèdes Urgents pour une Université en Péril. Paris:** Raisons D'Agir Éditions, 1997.LIMA, L. C. O paradigma da educação contábil. Políticas educativas e perspectivas gerencialistas no ensino superior em Portugal. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 4, p. 43-59, 1997.

BONFIM, Leandro; **A ritualização nas repúblicas federais de Ouro Preto– MG:** dos hinos às “rezas de cachaça” e suas implicações. Universidade Estadual Paulista–UNESP,v.U2013.

Disponível em <file:///C:/Users/User/Downloads/Artigo%20bom%20Republicas%20Ouropretanas.pdf >. Acesso em: 4 de maio de 2018

BRASIL. Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6096.htm>.

Acesso em: 5 de maio de 2018

CEAVEIRO, V. A.; MACHADO, C. V. G. J. **A predominância do sexo feminino na profissão do Serviço Social:** uma discussão em torno desta questão. Gênero e Trabalho. Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina , v. U. ago/2011. Disponível em: < <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/jessica.pdf>>. Acesso em: 12 de março de 2018

CEFFES. **Assistentes Sociais no Brasil:** elementos para o estudo do perfil profissional / Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social; colaboradores Rosa Prêdes... [et al.].-- Brasília: CFESS, 2005.

CHAUÍ, M. **A universidade operacional.** Revista Adunicamp – desafios da universidade pública. Associação de Docentes da Unicamp, ano 01, n. 01, jun. 1999, p. 06-09.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COSTA, Clarisse; **Serviço Social e privatização do ensino**: a precarização do trabalho docente nas instituições privadas de ensino superior na Zona da Mata mineira. 2009. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppgsvicosocial/files/2013/04/clarice.pdf>>. Acesso em: 11 de março de 2018

ENESSO. **A quem serve o teu conhecimento?** 2015,(Cartilha publicada pela ENESSO, EM 2015)

FREIRE, A. S. **Uma análise da origem do Serviço Social no Brasil**. 2013. Revista eletrônica da faculdade José Augusto Vieira. Disponível em: <http://fjav.com.br/revista/Downloads/edicao08/Artigo_348_364.pdf>

IAMAMOTO, M.V. ; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpertação histórico-metodológica**. – 41 ed.- São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. V.1)

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 2005.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 3. ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1990

MARIZ, T. F. REUNI, **Para onde caminha a universidade?**. 2007 ,Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/news.php#5716>>. Acesso: 13 de junho 2018

MELLO, J. C. R. S. **Desigualdades Sociais e Acesso Seletivo ao Ensino Superior no Brasil**. Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad Eficacia y Cambio en Educación (REICE). Volume 5, número 2e. 2007. Disponível em: <http://www.rinace.net/arts/vol5num2e/art6_htm.htm> Acesso: 13 de junho 2018

MONTAÑO C. **A natureza do Serviço Social. Eu ensaio sobre sua gênese, a "especificidade" e sua reprodução.** São Paulo, Cortez, 2007.

MINTO, Lalo. **Educação superior no PNE (2014-2024):** apontamentos sobre as relações público-privadas. Campinas, 2018

NETTO, J.P, BRAZ. M. **Economia política: uma introdução a crítica – 8 ed. –** São Paulo: Cortez, 2012

NETTO, J.P.; **Ditadura e serviço social uma análise do serviço social no Brasil pós-64,** São Paulo: Cortez, 1990

NETTO, J. P.; **Capitalismo monopolista e Serviço Social,** São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil.** In Serviço Social e Sociedade (50). São Paulo: Cortez, abr. 1996. p. 87-132.

PEREIRA, L.; LIMA, K. **REFORMULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA:** impasses e desafios para a formação profissional em serviço social. GEPES, Maranhão, 2009.

SAYEGH, L. **Dinâmica urbana em Ouro Preto: Conflitos decorrentes de sua patrimonialização e de sua 178 consolidação como cidade universitária.** 2009. Dissertação (Mestrado) em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia – UFBA.

SILVA. Mello, Jorge C. R. ; **Ingresso e evasão na expansão recente do ensino superior.** 2007. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Educação, PUC, Rio de Janeiro,2007.Disponível em:<<http://webcache.googleusercontent.com/search=cache:http://www.rinace.net/arts/vol5num2e/art6.pdf>> Acesso em: 03 de junho 2018

VARGAS. M. L. F.; **Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho:** um estudo com egressos da UFMG. 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.Disponível em:<www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FA-EC-84VHVQ/disserta__o_michely_vargas.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 maio 2018

VELOSO, Luisa. **Empresas, Identidades e Processos de identificação.** [s.l]: Virtual Books , 2007. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books>> Acesso em: 13 maio 2018

YASBEK, Maria Carmelita. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social**; in Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABPSS, 2009.

ANEXOS**ANEXO A:**

TABELA 2 - Número total de ingressantes, evadidos e diplomados por semestre letivo

Ano/Semestre	Ingressantes	Evadidos	Diplomados
2011-1	56	5	0
2011-2	51	20	0
2012-1	50	30	0
2012-2	41	18	11
2013-1	49	40	29
2013-2	48	20	24

*inclui aptos

*Cartilha plano de ensino UFOP- Serviço Social

ANEXO B:

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.

Regulamento

Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 2º (VETADO).

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 4º As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o

ensino fundamental em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 5o Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4o desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública.

Art. 6o O Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do programa de que trata esta Lei, ouvida a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Art. 7o O Poder Executivo promoverá, no prazo de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, a revisão do programa especial para o acesso de estudantes pretos, pardos e indígenas, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, às instituições de educação superior.

Art. 8o As instituições de que trata o art. 1o desta Lei deverão implementar, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da reserva de vagas prevista nesta Lei, a cada ano, e terão o prazo máximo de 4 (quatro) anos, a partir da data de sua publicação, para o cumprimento integral do disposto nesta Lei.

Art. 9o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de agosto de 2012; 191o da Independência e 124o da República.

DILMA ROUSSEFF
Aloizio Mercadante
Miriam Belchior
Luís Inácio Lucena Adams
Luiza Helena de Bairros
Gilberto Carvalho

APENDICES

APENDICE A

Questionário

Diagnóstico da Evasão Escolar

Idade:

Sexo:

Período/Série do Curso:

1- Forma de Ingresso:

- Cota Social
- Cota Racial
- Cota Pessoa com Deficiência
- Cota Indígena
- Ampla concorrência

2. Cor da pele:

- branca
- preta
- amarela/descendente de orientais
- parda
- indígena
- nenhuma das opções

3. Estado civil:

- solteiro(a)
- casado(a)
- união estável
- separado(a)
- viúvo(a)

4. Tem filhos?

- a. Não
- b. Sim Quantos?

5. Antes de ingressar na UFOP estudou maior tempo em:

- Escola Pública
- Escola Particular

6. Qual a distância aproximada de sua casa até o Câmpus em que realiza seu curso?

7. Você trabalha?

Sim

Não

8. Turno/Período de trabalho:

Manhã

Tarde

Noite

9. Você recebe algum tipo de bolsa ou auxílio da UFOP ou do governo ?

Sim

Não

Qual(is):

10. Qual o principal motivo para a escolha do curso que você está frequentando?

11. Você considera o curso difícil?

sim

não

Considerações:

12. Qual o (s) motivo (s) da sua ausência às aulas?

13. Você considera o corpo docente:

Ruim Bom Ótimo

14. Você considera a grade curricular:

Ruim Boa Ótima

15. O que você acha que precisaria mudar para o estudante se interessar mais pelo curso?

16. Deixe aqui alguma sugestão ou reclamação:

APENDICE B**Percepção dos docentes acerca da evasão**

Qual seu tempo de atuação na UFOP?

- Menos de 1 anos
- Entre 1 e 3 anos
- Entre 3 e 5 anos
- Mais de 5 anos

Você considera que a evasão é um problema real dentro no curso de Serviço Social da UFOP?

Sobre a grade curricular, você a considera :

- Ruim
- Regular
- Boa
- Óima

Você acredita que em suas metodologias de ensino, os professores se atentam para a condição do aluno fora da universidade, visando garantir condições necessárias de permanência no curso?

Cite três motivos que você acredita levar o estudante a evadir do curso de Serviço Social da UFOP.

APENDICE C

Evasão no Curso de Serviço Social da UFOP

Qual a sua cor?

- Branca
- Parda
- Negra
- Amarela
- Outro:

Sexo

- Feminino
- Masculino

Qual sua idade? ____

Era beneficiário(a) de alguma bolsa estudantil?

- SIM
- NÃO

Local que residiu no período de permanência no curso:

- República particular
- República Federal
- Alojamento
- Moradia independente
- Pensionato
- Casa de familiares

Exercia alguma atividade remunerada no período cursado?

- SIM
- NÃO

Estado civil

- Solteiro (a)
- Casado(a)
- Outro:

Motivos de ingresso no curso de Serviço Social na UFOP:

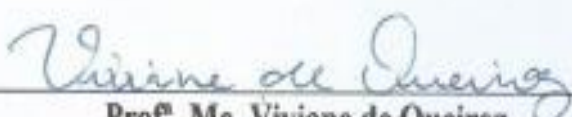
Motivos da evasão do curso de Serviço Social na UFOP :



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA
Faculdade de Serviço Social



Certifico que a(o) estudante **Laura Teixeira Feliza**, autora(o) do trabalho de conclusão de curso intitulado **"A EVASÃO DISCENTE NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO"**, efetuou as correções sugeridas pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.



Prof. Me. Viviane de Queiroz
Orientadora

Mariana, 20 de julho de 2018.